



Procedimento da 2ª Audiência Pública com o objetivo de discutir questões relacionadas ao licenciamento ambiental do Empreendimento Helicentro Bandeirantes.

(RESOLUÇÃO Nº 69/CADES/2002)

DATA DA APRESENTAÇÃO: 18 de fevereiro de 2016 - HORÁRIO: 18:00 horas.

LOCAL: Teatro do CEU Caminhos do Mar

Endereço: Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº. 5.241 - São Paulo - SP.

I – MESA DIRETORA – Representando o Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CADES e Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente - SVMA, o Coordenador Geral do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CADES, Sr. Paulo Ricardo Garcia.

II – DOS TRABALHOS

1. Formação da mesa.
2. Abertura dos trabalhos pelo Presidente
3. Exposição:
 - Empreendedor do Projeto para o **Empreendimento Helicentro Bandeirantes**, pelo senhor Fernando Escudero, - 30 minutos.

Manifestação dos inscritos:

- a. Entidades da sociedade civil – 5 minutos para cada exposição – máximo de 30 minutos.
 - b. Manifestação dos presentes – 2 minutos para cada exposição – máximo de 60 minutos.
 - c. Manifestação das autoridades – 5 minutos para cada exposição.
4. Comentários Finais dos expositores:



5. Empreendedor do Projeto para o **Empreendimento Helicentro Bandeirantes**, pelo senhor Fernando Escudero, – 15 minutos.

6. Encerramento da Audiência Pública pelo presidente da sessão.

III – Os inscritos terão direito a uma única manifestação, observada a ordem da inscrição.

IV – A critério do presidente da sessão, os tempos de exposições e manifestações previstos poderão ser ampliados.

V – Para garantir o bom andamento da Audiência Pública e a segurança dos participantes, a entrada de pessoas no recinto será permitida somente até o limite de sua lotação.

Sr. Paulo Garcia: Boa noite. Primeiro eu peço desculpas porque ontem eu estive em uma audiência pública e acabei ficando um pouco gripado, então a minha voz está um pouco fora do normal, inclusive tossindo bastante. Adiantadamente eu peço desculpas. Eu vou dar início a segunda audiência pública com o objetivo de discutir questões relacionadas ao licenciamento ambiental do empreendimento helicentro bandeirantes. Convido aqui para compor a mesa o vereador Dalton Silvano que está aqui a minha esquerda que é vereador e membro do CADES. E a direita o representante da empresa Fernando Escudero. O público presente vai seguir as seguintes regras: primeiro falam as autoridades, segundo as entidades da sociedade civil, 5 minutos para exposição com máximo de 10, manifestação dos presentes, 2 minutos no máximo de 15, então, por gentileza, eu peço pra todos que façam as perguntas e a cada 5 perguntas o Escudero vai responde-las para evitar o acúmulo excessivo de perguntas.

Fernando Escudero: Boa tarde a todos, inicialmente eu gostaria de agradecer ao CADES pela oportunidade de fazer essa segunda audiência pública e principalmente agradecer a todos vocês, que se disponibilizaram a participar dela. Não tivemos esse público tão bom na primeira audiência, mas agora dá pra ver que a população realmente veio pra gente discutir esse importante empreendimento para o município de São Paulo. Como tem essa luz um pouco forte aqui, eu vou ter que ficar virado um pouco pra cá, que ela atrapalha um pouco. Então, se vocês preferirem, ocupar aquele lado do auditório, eu não dou as costas pra ninguém. Então eu já peço desculpas por não ficar virado pra vocês. Antes de iniciar a apresentação é importante entendermos o que é um helicentro, porque o nome “helicentro bandeirantes”, qual é a diferença desse empreendimento pra outros que existem no município de São Paulo. É a primeira vez que acontece em âmbito de um empreendimento privado realizar uma audiência pública, decorrente de um licenciamento ambiental junto à prefeitura. O “helicentro bandeirantes” é só um nome fantasia, a natureza jurídica desse empreendimento é um heliporto. E qual é a diferença de um heliporto para as plataformas, helipontos que nós conhecemos tanto na Faria Lima e Paulista? A principal diferença é que um heliporto é uma atividade comercial. Um heliponto é uma plataforma de uso privado, é como se fosse a garagem da sua casa, você pode deixar qualquer um estacionar na garagem da sua casa, mas você não pode cobrar por isso. O heliporto ele é diferente, ele é como um estacionamento público, você cobra pra alguém estacionar a aeronave lá, cobra pra pousar, cobra pra decolar, cobra pelos serviços, você pode oferecer os serviços de estacionamento para aeronave, você pode oferecer o serviço de embarque e desembarque, você pode oferecer qualquer tipo de serviço relacionado a um helicóptero. O heliponto não, você pousa, embarca ou desembarca e levanta vôo, vai embora. Então na Faria Lima, na Paulista nós conhecemos muito helipontos. Ninguém pode cobrar pra pousar ou decolar um helicóptero. Então essa é, basicamente, a diferença e daí a importância então do licenciamento ambiental. Aqui eu coloquei as etapas do processo de licenciamento de um heliporto. A diferença de um heliporto pra um heliponto é que o heliporto você faz os estudos de ruídos, vê se



excede os níveis autorizados pela legislação, se não excede a secretaria do verde e meio ambiente dá a licença. O heliporto não, ele não depende de um estudo de impacto de vizinhança, ele depende de um estudo de impacto ambiental. Um estudo muito mais amplo, muito mais abrangente do que um EIV- RIV. Um estudo ambiental começa com a definição do tipo de estudo a ser desenvolvido. Se uma RAP, se um EIA-RIMA, se um EVA (estudo de viabilidade ambiental). Então, o órgão ambiental competente define, primeiramente, esse estudo. Para nós foi definido o EIA-RIMA, porque na época, em 2011, estava vigente a lei 15.003/09, que determina, que os heliportos dependem de EIA-Rima pra serem licenciados. Hoje, no município de São Paulo, existe só um, que é o helicidade. Mesmo na grande São Paulo, ele é o único heliporto que existe, todos os outros são helipontos. Então, uma vez definido o estudo ambiental, nós pedimos o termo de referência, onde o órgão ambiental fala, determina, todos os estudos necessários para analisar a viabilidade do empreendimento. Foi quase um ano de tramitação na secretaria do verde e do meio ambiente. Nós fizemos o pedido em 2012, o termo saiu em setembro de 2013, porque nós estamos dentro de uma zona de amortecimento de uma unidade de conservação, que é o PEFI (parque estadual fonte do Ipiranga). Então foi necessário ouvir todos os órgãos envolvidos na região e no licenciamento ambiental para daí falar o que nós precisamos analisar. Feito o termo de referência, nós fomos elaborar o EIA-RIMA, que demorou 1 ano e 4 meses para ficar pronto. O termo de referência é um documento de 38 páginas com 170 estudos diferentes que precisaram ser analisados. Por isso a demora de 1 ano e 4 meses, que foi um estudo muito abrangente. Envolveram muitos profissionais que resultou nesse belo trabalho. Uma vez concluído o EIA-RIMA fizemos o protocolo em março do ano passado na secretaria do verde e do meio ambiente e daí passamos para o processo da análise da licença ambiental prévia. Paralelamente à análise do órgão ambiental, acontecem as audiências públicas. A primeira aconteceu em outubro do ano passado e hoje estamos fazendo a segunda. Depois o próximo passo é a licença ambiental prévia que vai indicar outros complementos de estudos que precisamos fazer, outros detalhamentos, como o projeto final, projeto executivo, cronograma físico financeiro da obra, planos de contenção e uma vez terminados esses estudos todos, vamos pedir a licença de instalação e daí sim nós poderemos, uma vez emitida a licença de instalação, dar início às obras e concluir o licenciamento da atividade nos demais órgãos relevantes, ANAC, secretaria de aviação civil, serviço regional de proteção ao voo, e alguns outros. Terminadas as obras, emitidas todas as licenças, daí vai ser emitida a licença de operação, onde nós teremos, finalmente, a autorização para funcionar. Hoje nós estamos ali, no último retângulo verde, e até aqui foram quase 4 anos de trabalho intenso e até o final, a gente estima, mais algum tempo, porque as obras não acontecerão rapidamente. Por que nos é solicitado o EIA-RMA e não o EIV-RIV? O objetivo principal do EIA-RIMA é analisar quais impactos a atividade vai gerar de forma muito abrangente, não só impacto de ruído. Então, primeiro nós fazemos todas as análises dos impactos ambientais, verificamos eventuais medidas mitigadoras, e qual resultado da aplicação dessas medidas no impacto gerado, ou seja, se reduz ou não é eficiente, daí sim verifica se é viável ou não o empreendimento. Com relação ao imóvel, dentre os 170 estudos analisados, foi pedido desde o histórico do imóvel, todo o diagnóstico ambiental, até a análise de população, análise do meio físico, do meio biótico, fauna flora. É bem abrangente a solicitação da secretaria do verde. Apenas para contextualizar, o imóvel foi adquirido pela Siderurgica J. L. Aliperti S.A na década de 40, onde funcionava uma olaria. Hoje, o local de onde se extraía a argila foi inundada e então dessa lagoa, utiliza-se a água para resfriamento das caldeiras da siderurgia que fica ali na Rua Alexandre Aliperte, 340. A parte seca, do imóvel, é utilizada para um estacionamento de ônibus. A água da lagoa tem origem da canalização de córregos ali da região e também do escoamento das águas pluviais que deságuam ali e, conseqüentemente, essa água é jogada. no córrego sob a avenida Ricardo Jaffet. Ele junta com esse córrego. Por que então se entendeu dar uma outra atividade para o imóvel? É um imóvel de 40.000m² que é ocupado como estacionamento, então não gera nenhum benefício pra região, não gera empregos, não gera atividade econômica, apenas serve de apoio para quem vai ao jardim



botânico (ao zoológico não porque é muito longe), ao parque do estado, então nós pensamos: é possível manter o estacionamento só que utilizar outra atividade, então agregar valor ao imóvel, uma atividade que vai gerar alguma relevância pra região, seja com empregos, seja com uma fachada mais agradável. Então, fez-se uma análise de mercado, onde se entendeu que o heliporto seria o empreendimento mais recomendável para o local, tendo em vista algumas características do mercado de helicópteros nos últimos anos. Apenas para fins ilustrativos, o Estado de São Paulo tinha em 2013 723 aeronaves, helicópteros registrados no estado, na cidade de São Paulo são cerca de 490. Essas 490 aeronaves ficam hangaradas nos empreendimentos que existem hoje, são: aeroporto de Guarulhos, Congonhas e Campo de Marte. São 3 empreendimentos federais, ministrado pela União e, conseqüentemente, não paga nenhum imposto para o município. Temos o Helipark, o HBR que ficam respectivamente em Carapicuíba e Osasco, onde também não se paga nenhum real de imposto para o município de São Paulo. E temos o helicidade então, que esse sim, tem capacidade para 80 aeronaves. Ou seja, das 490 aeronaves, apenas 80 delas recolhem tributos pro município de São Paulo. Esse foi também um dos motivos para se optar por esta atividade no imóvel. O que é o nosso empreendimento então? Eu vou mostrar no próximo slide o que é o projeto, mas resumidamente ele tem capacidade para oitenta aeronaves e dez pontos de estacionamento. O que são estes pontos de estacionamento? Na hora de decolar e embarcar o pessoal, o helicóptero é colocado em uma bola embarca todo mundo, ele é levado até a pista de pouso, a pista de decolagem e daí ele levanta vôo. Pode ser que diminua um pouco esses dez pontos de helicóptero porque, vou falar um pouquinho mais para a frente, tem um projeto co-localizado que pode implicar em uma redução da nossa área de pátio. Nós pedimos neste eia rima o limite de 17 ciclos diários, o que significa, dois ciclos por hora, desculpa, dois movimentos por hora, isto quer dizer, a cada uma hora o helicóptero pousa e decola, isto conta como um ciclo. Nós teremos um ciclo por hora no máximo pela eia rima, esse é o limite que nós estamos pedindo para a secretaria. Um dia se a capacidade for ampliada e tudo mais, nós podemos pedir uma ampliação, mas isto vai depender de um novo eia rima, de um novo estudo de ruído, de uma nova audiência pública, onde tudo isto será analisado. Além da secretaria do verde e meio ambiente tem que autorizar o número de ciclos a torre de controle, o SRPV e a ANAC. Então não é um órgão só que determina quantos ciclos nós podemos utilizar, e quem falar o menor número é o que temos que respeitar. Além disto a estrutura do prédio contará com alguns quartos de hospedagem para os pilotos, escritórios, áreas de convivência, restaurantes, academia tudo para atender principalmente o público que trabalha no empreendimento. Este é o projeto, o local, o imóvel onde será implantado o heliporto, vocês podem ver a lagoa Aliperti, quem mora na região conhece bem, o imóvel. E aqui o projeto sem a superposição do Google Earth. Como vocês podem ver são duas rampas de aproximação. Por que duas? Porque a legislação obriga. Esta rampa aqui é chamada rampa 19, por causa da angulação. Ela sobrepõe a Av. Miguel Stefano, desculpe, a rodovia dos Imigrantes. E esta outra rampa aqui, que é a rampa 34, sobrepõe a avenida Miguel Stefano. Por que sobreposição das avenidas e rodovias? Porque o impacto do ruído é menor, não vamos passar uma rampa, uma rota de helicóptero sobre o parque do estado, porque não faz nenhum sentido. Além de gerar um impacto, não necessariamente acima da legislação, mas gerar um impacto ali no parque desnecessário, então colocamos onde já existe ruído, onde já existe fontes de ruído constantes. Um outro ponto que o estudo ambiental nos exige, alternativas locais, a pergunta é porque vocês querem fazer este empreendimento aí, não tem um lugar melhor para fazer? Não tem um destino melhor para o imóvel? Bom, como nós chegamos à conclusão de que este empreendimento mais adequado e este é o local? primeiro a escassez de grandes áreas em São Paulo, então vamos procurar na grande São Paulo. Não a ideia é manter as receitas municipais no município, a ideia não é a população paulistana utilizar o helicóptero e distribuir receitas que estimamos no mínimo dois milhões de reais por ano para municípios vizinhos, sendo que os helicópteros serão utilizados na avenida Paulista, na Faria Lima na Chucru Zaindan, na Berrini, então este foi um dos pontos. Segundo ponto, custo da terra em São Paulo. Apesar da crise



que a gente está vivendo hoje, o custo de um lote deste tamanho, além de ser muito raro encontrar um lote de quarenta mil metros quadrados, o custo é muito alto, então é necessário que o empreendedor seja proprietário do imóvel para que seja economicamente viável qualquer empreendimento. Este é o caso a Aliperti que é a proprietária do imóvel. Densidade demográfica, a região possui uma densidade demográfica baixa, muito inferior aos distritos ao redor que seriam aqui a gente esta falando do Cursino, do Jabaquara, Saúde, Ipiranga, são distritos muito mais densos e a área do local no fim do município de São Paulo, no caminho da praia também favorece muito a atividade, tendo em vista a exploração de petróleo no pré-sal, apesar da crise, também existe a atividade petrolífera no litoral paulista, e o heliporto pode reduzir o transito de aeronaves dentro do município para as pessoas que querem se dirigir ao litoral. Outros pontos, desenvolvimento urbano, não existem grandes edifícios na região, existem poucos e nenhum deles interfere na rota de helicóptero. Não pode também construir mais prédios, na região, acima de oito andares, hoje ainda pode, mas a partir da semana que vem, com a aprovação da nova lei de zoneamento, a região não poderá mais construir prédios mais altos que 28 metros de altura nem com mais de oito andares, então necessariamente vai ter uma edificação um pouco mais baixa. Parâmetros de comodidade, a rodovia dos imigrantes emite muito ruído já, e a avenida Miguel Stefano também. É necessário que uma atividade que tem um impacto de ruído considerável não agrave a questão do ruído na cidade. Na hora que chegar na parte de ruído eu vou explicar detalhadamente como isto funciona. Receita nós já falamos, proximidade de rotas de helicóptero, o que que é isto? Nós ouvimos falar bastante que em São Paulo tem controle de trafego de helicóptero, é a única cidade no mundo, é verdade. E temos também rodovias virtuais que são as rotas especiais de helicóptero, chamadas de REH. A nossa rampa 19 ela termina exatamente na REH Tancredo Neves, por quê? Porque isto permite uma maior facilidade de navegação, reduz o impacto na população, porque reduz o ruído, já existem estas rotas projetadas e facilita também o controle de trafego aéreo, pois quando você está nesta rota o controle é mais brando. Os próximos slides são um pouco da amostra daquilo que as alternativas locais, porque que nos entendemos que lá é um bom lugar. Então vocês podem ver que aqui nesta parte um pouco mais clara, aqui é o mapa da densidade demográfica da região. Então aqui ele está falando que esta região toda um pouco mais clara possui menos do que cem habitantes por hectare, um hectare equivale a dez mil metros quadrados, o imóvel tem 40 mil metros, então são quatro hectares. Vocês conseguem ver realmente que 85 habitantes por hectare provavelmente ele está pegando outras regiões, porque aqui a densidade é muito inferior a esta. Este círculo que vocês estão vendo é a área de influência indireta, eu vou abordar isto um pouquinho mais pra frente. Então densidade demográfica uso e ocupação dos solos, o uso da água e do solo, tudo isto aqui que eu estou mostrando consta do eia rima, de forma muito mais abrangente, muito mais detalhada vocês podem consultar isto aqui na frente, quem quiser folhar pode ficar à vontade. Está também no site da secretaria do verde e meio ambiente, todo mundo pode fazer download e também está disponível na própria secretaria para quem quiser ir até lá dar uma olhada. Este mapa aqui de educação urbana mostra todas as escolas existentes, uma das regras principais para que o heliporto possa ser instalado é não existir, num raio de 230 metros da plataforma de pouso e decolagem nenhuma escola, instituições sociais, instituições de lazer, e isto nós, claro, o estudo verificou antes de ser elaborado e não tem. A escola mais próxima que tem é o centro de educação infantil Francisco Peres, se não me engano é este o nome que fica a cerca de 360 metros de distância do empreendimento. Cultura e lazer também, aqui só o ilustrativo de quanto que paga de IPTU hoje o imóvel, 390 mil, e com as obras que nos realizaremos, nós estimamos que o IPTU vá passar de um milhão de reais, então é bastante receita que a atividade irá gerar para o município. Aqui é o ponto onde está o heliporto, aqui é o aeroporto de Congonhas e aqui são as rotas que eu falei da REH Tancredo Neves, e da rampa de aproximação que justamente propicia uma melhor navegação. Os projetos co-localizados é uma exigência da própria legislação ambiental, nós precisamos verificar todos os projetos existentes no entorno e o que pode ter impacto no nosso empreendimento e no que



nós poderemos gerar impacto. Aqui é aquilo que já mencionei, a camada pré-sal o centro de exposições imigrantes, isto também é muito importante, que vocês saibam da obra que eles estão realizando, uma obra muito grande, eles pretendem ser o centro de exposição, o maior centro de exposição da América Latina e vão conseguir, pelo tamanho da obra, e o que o heliporto tem de sinergia com isto? hoje as autoridades palestrantes que vão normalmente de helicóptero para o centro eles pegam o helicóptero em algum ponto de São Paulo, tanto faz, são levados até o heliporto, são deixados lá no heliporto do espaço imigrantes, e o helicóptero sai de lá, volta para a garagem dele, e quando termina o evento o helicóptero volta, pega a pessoa e leva para onde precisa, ou seja, são quatro viagens que o helicóptero faz, o helicóptero ali do lado, o helicóptero vai poder levar a pessoa até o centro de exposições imigrantes, ficar hangarado ali mesmo, e depois na hora de ir embora pega a pessoa e leva embora, ou seja, são duas viagens só, reduz um pouco o fluxo de aeronaves na região. O projeto co-localizado mais importante que existe é o projeto da secretaria de infraestrutura urbana, onde eles pretendem construir um reservatório de águas pluviais na propriedade da Aliperti, onde vai ser aqui o empreendimento. O projeto inicial era desapropriar toda esta área, daí tivemos que readequar o projeto, tirar a plataforma daqui, provavelmente colocar em algum lugar aqui, onde tem terra. Ao invés deles gastarem todo este dinheiro que a prefeitura não tem, sugerimos assumirmos parte do projeto a fim de viabilizar o reservatório. Nós assumiríamos um compromisso de garantir uma reserva mínima de águas pluviais, ou seja, nos criaríamos o reservatório, mais ou menos em torno de 30 mil metros cúbicos e a SIURB faria o reservatório de um pedaço do terreno também da Aliperti, onde nós de alguma forma transferiríamos para a SIURB um terreno que seria muito menor do que este, só que com capacidade suficiente para acumular os outros 70 mil metros cúbicos que eles pretendem para este reservatório. Deu tempo esgotado? Falta um pouquinho.

Sr. Paulo Garcia – Se ele não continuar, não vão ter perguntas. Vocês querem que termine? Quanto tempo você acredita que dê?

Fernando Escudero – Acho que mais 20 minutos, no máximo. Tudo bem, posso passar rápido.

Sr. Paulo Garcia – Por favor, por favor, eu quero lembrar só aqui quem quer fazer pergunta vai lá fora vai fazer pergunta, tem lá uma inscrição para fazer perguntas.

Vereador Dalton Silvano – Senhor presidente, pela ordem aqui eu também estou ouvindo com atenção, mas na verdade todos conhecem bem e todos aqueles que eu conheço que vão em audiência pública conhecem bem o problema, até porque está entrando no site, está nos editais, particularmente todos já devem ter lido e tudo o que compõe esse projeto. Então acho que com base naquilo que está escrito já que grande parte daqui deve ter lido, acho que cabe mais as perguntas, eu acho que eu to satisfeito.

Fernando Escudero – Eu posso explicar a questão dos ruídos em cinco minutos se vocês quiserem

Sr. Paulo Garcia – eu acredito que deva haver perguntas sobre ruído, então no momento oportuno você fala.

Fernando Escudero – Acaba explicando a pergunta.

Sr. Paulo Garcia – Isso.

Fernando Escudero: – Tá bom.

Sr. Paulo Garcia – Eu vou encerrar as inscrições para as pessoas que pretendem falar. Eu peço a todos que se ouvir a pergunta que iria fazer, nós temos aqui, eu recebi já são vinte e um, mais cinco, então para não delongar, se ouvir a pergunta que iria fazer, abra mão para o próximo. Perguntas



repetidas não levam a nada, ok? Deixo receber a lista. Eu vou aproveitar enquanto eu pego esta parte, o vereador Dalton Silvano, representante do CADES, ele vai falar na tribuna.

Vereador Dalton Silvano– Quero cumprimentar o Paulo Garcia, Coordenador Geral do CADES, quero cumprimentar ao Fernando Escudero, cumprimentar aqui todos os presentes, vou procurar ser breve, mas eu quero só fazer alguns registros importantes. Fernando, parabéns pela sua exposição, mas se depender de mim esse heliponto e este empreendimento não vai sair. Se depender de mim. Eu vou tentar resumir, porque teria muitas coisas aqui a falar, até porque Fernando Escudero, que o que está dentro do processo, que é um processo do relator de impacto ambiental, foi feito pelo Escudero consultoria e planejamento, então, portanto está aqui realmente, no início eu não tinha percebido, mas agora eu entendi algumas questões que estão aqui. Fernando, na minha opinião, qualquer atividade vai ser melhor que o heliponto neste terreno, qualquer outra. Como que seria a atividade, qualquer outra atividade que não o heliponto, heliporto, ou seja, o pouso de helicópteros vai ser melhor para a comunidade para a população, então na verdade este projeto foi feito, este empreendimento foi feito sem ouvir a população. Esse é o primeiro ponto. E aí, eu só fiz algumas observações, mil pousos e decolagens por mês, 33 diários, mas tem algumas questões aqui que estão no relatório de impacto ambiental, que na verdade mais parece um relatório econômico financeiro, porque eu fiz cinco leituras e todos eles tratam de problemas econômicos e financeiros, e o maior problema de todos e que está escrito no relatório feito pela consultoria é a questão do ruído, do ruído, então a principal atividade que pretendia licenciar e dependendo de observação de algumas condições mínima incomodada de viabilizar, a principal delas é o ruído gerado pelos helicópteros durante as operações de pouso e decolagem, ou seja, já ta aqui confessado que o problema é o ruído. Deste modo para a sua instalação não pode ser densamente povoado nem a concentração de edificações que ao ruído. Vamos pular aqui a questão econômica, eu fiquei até abismado, aqui qual é o interesse então deste relatório de impacto ambiental se preocupar de ter aqui, ta escrito aqui, também não é uma alternativa locacional a instalação de empreendimento em terrenos de terceiros que demandariam a aquisição de imóveis de empreendedores, a população quer saber do desastre ambiental, não quer saber se qual é o desastre econômico que inviabiliza a exploração desta atividade, ou seja, se for um lugar terreno de terceiro inviabiliza, mas quem é que pediu, eu quero ouvir, se teve alguém que pediu o heliponto ali. E aí eu ouvi aqui que vai gerar, ele tinha escrito antes, ele respondeu, qual é a receita e qual é a relação custo benefício, isto é dois milhões por ano, meu Deus do céu, o desastre ambiental do ponto de vista de implantação deste empreendimento, dois milhões de reais, para efeito de benefício do município, ele é irrisório ele é nulo, ele se anula. E aí é uma análise, não é, que está dizendo que não quer se deslocar para outros municípios este empreendimento por conta deste ganho, quer dizer, eu queria entender, se alguém acha que dois milhões de reais para implantar o empreendimento deste vale a pena né, na minha opinião não vale. Aí mais pra frente ainda, também fala do desenvolvimento, é possível afirmar que o heliporto está terminando o processo de desenvolvimento econômico, e aí também qual é a compensação, se é que for implantado, que se depender de mim também estou disposto a judicializar este processo, porque não tem nada esclarecido aqui, não tem nada esclarecido. Aí fala a questão de manutenção de empreendimento, estacionamento que se o proprietário quiser vender vai ter que construir uma edificação residencial multifamiliar, não sei se são estas atividades que não construir este empreendimento, não é, são estas atividades que se construir vai ter que vender ou estacionamento ou vai ter que construir edifício, aí vai adensar e aqui mais aqui ó, coloco aqui outra vez nesta página, portanto com inserção da emissão de ruído que provocara alteração negativa mais perceptiva na qualidade ambiental quanto aos outros fatores não haverá profundas modificações, lógico, mata passarinho, mata a fauna, isto também não significa nada, e no fim tem o problema do terreno que não está localizado, então eu só fiz este resumo que este relatório, que não sei se todos leram, que está lá, incluso no site, então tive a oportunidade de ler e realmente eu não estou vendo



nenhuma vantagem, nenhum benefício para a população, e estou vendo aqui a implantação deste heliponto com mil pousos e decolagens por mês, isto vai gerar um violento impacto ambiental, fora a questão de gasolina, que vai ter que ali, ter os tanques para guardar a gasolina, etc., etc., etc. Eu só fiz este plano me alongar, eu gostaria de ouvir uma boa parte de vocês, mas realmente este helicentro Bandeirantes aqui não veio aqui para contribuir com a população, o impacto ambiental ele é muito grande com relação com o benefício, o custo está muito claro, que é um custo econômico que só vai favorecer aquele empreendedor, era só isto que eu tinha para dizer, teria muito mais, mas eu quero muito mais ouvir vocês.

Sr. Paulo Garcia – Agradeço ao nobre vereador, devo que responder.

Fernando Escudero: – De forma bem resumida, deixe-me mostrar aqui os estudos de ruído que foram realizados. Esta é a curva de ruídos existente hoje lá na região, vocês podem observar aqui que os números estão em decibéis vocês podem observar aqui azul significa uma medição maior que 70 decibéis hoje, quem está lá hoje tem a sensação de 70 decibéis. Sobre esses dados nós jogamos os dados dos helicópteros, claro que isto é uma média, na hora que passa uma moto aqui sobe para 90 ou 100 decibéis, então nós jogamos no software os ruídos gerados pelo helicóptero, para ver quanto que isto aumenta a percepção sensorial do ruído. Então aqui estão os resultados, aqui é onde ficará a plataforma, vocês podem ver que aqui onde está em vermelho é um aumento sensorial de mais de 8 decibéis, e conforme vai afastando é um aumento sensorial aqui neste amarelo entre zero e um decibel. Então vocês podem perceber que o helicentro não vai aumentar o ruído existente na região. Estes estudos foram realizados por engenheiros especializados, com o auxílio de softwares específicos.

Sr. Paulo Garcia – Senhores, por favor, eu encerro a audiência pública. Nós estamos aqui como pessoas educadas e eu encerro a audiência pública e ponto. Manifestar eu concordo, mas não precisa gritar, ele está aqui na frente, ele está respondendo às perguntas. Por gentileza.

Fernando Escudero: – Estes estudos foram feitos por técnicos especializados, com os instrumentos todos, então se vocês quiserem fazer um estudo para contrapor isto, nós podemos discutir, qualquer pessoa pode fazer um estudo, qualquer um que medir, qualquer um que fizer a medição vai observar estes índices que foram obtidos, então aqui só, rapidamente, nós fizemos a simulação em outras alturas, porque o medidor fica a um metro e meio do chão, então o software calculou o ruído dissipando em outras altitudes e a 35 metros de altura foi o ruído mais intenso, este ruído ainda assim não excede os limites do imóvel, não aumenta a percepção do ruído, além disto tem algumas medidas mitigadoras que serão adotadas, obviamente para reduzir ainda mais o impacto que são: construção de muros na rodovia, altos de modo a impedir que o som chegue nas regiões mais baixas, do condomínio Clima de Parque, do condomínio Clima Botânico. E nas residências que serão afetadas, que são exclusivamente estas daqui, que terão um aumento no ruído, nós vamos fazer tratamento acústico, são estas residências aqui na Rua Bento Ferreira, essas terão que ter tratamento acústico, os outros estão fora do nível de ruído. A legislação determina 65 decibéis, então por isto que não excede o nível de ruído.

Sr. Paulo Garcia – Senhor Eduardo Araújo, tem dois minutos para pergunta, por favor.

Eduardo Araújo – Sr. presidente, o senhor me concedeu dois minutos para pergunta, mas no começo da nossa audiência eu havia dito que seria dois minutos até cinco para.

Sr. Paulo Garcia – Dependendo da quantidade de pessoas, e nós fizemos mais ou menos, e são muitas pessoas, então eu não, o CEU aqui fecha as dez horas impreterivelmente. Senhora, ele pode representar o prédio, o tempo de falar é o mesmo. Não senhora. Pode sem problema algum. Eu só quero manter dentro da legislação, ok?



Eduardo Araújo – Bom, só então por gentileza que fique registrado que eu gostaria de me manifestar e não apenas indagar. Considero o tempo ceifado por parte de alguém que vem aqui representar, só no meu condomínio cerca de duas mil pessoas, a Elizangela falava daqui a pouco também, são mais duas mil pessoas, queria dizer que em nenhum momento neste estudo, a não ser agora em uma foto, os condomínios, são sete torres de 28 andares, cada uma das torres mais uma construção está se dando com 17 andares em fase de construção e segundo o colega um ciclo, portanto, a cada hora, pouso e decolagem estariam sendo realizados, entre estes condomínios, entre quatro mil pessoas aproximadamente, isto sem dizer sobre a situação de todo o impacto de fauna e flora que o colega disse que o zoológico é longe, desculpe-me, acho que o senhor nunca foi no zoológico. Muito bem, quero apenas fazer a seguinte indagação já que meu tempo foi ceifado, há uma ação civil pública que diz o seguinte, é conturbaste menos por hora que o ponto reconhecer-se o risco de impacto no meio ambiente urbano por isso defere a liminar para determinar a suspensão do tramite dos processos administrativos de licenciamento de novos helipontos em por a ré, portanto município que proceda imediatamente um estudo de impacto ambiental, então eu tenho aqui uma ação civil pública que determina que esta situação, gostaria já que acabou o meu tempo, gostaria de dizer que aqui o meu colega dissesse isso e também sob o padecer desfavorável da COMAER recentemente, portanto aqui, a data de 8 de janeiro de 2015, um parecer desfavorável da COMAER. Muito obrigado, e dizer que se um estudo de impacto de solo ele não é alto, assim como o doutor Dalton Silveira disse que é contra, também gostaria de convidá-lo a jantar no meu apartamento, para verificar se o som me permite ao menos assistir à televisão. Muito obrigado.

Sr. Paulo Garcia –Gustavo Aguiar, dois minutos por favor.

Gustavo Aguiar – Olá, boa noite, queria fazer uma pergunta com relação a manutenção das aeronaves. Me diz que são 17 ciclos diários, pelo documento, tem testes de motores e este tempo que o motor está sendo testado, queria saber se ele está dentro dos ciclos e onde vai ser feito o teste em vôo destas aeronaves que vão estar em manutenção, sejam elas corretivas ou preventivas, a gente teve aí no ano passado se não me engano, o falecimento do filho do governador em um teste de aeronave neste sentido né. E na época foi-se dito por especialistas que as aeronaves neste momento de teste elas tem que fazer um vôo em altitude baixa, e aonde vai ser executado este vôo de teste, se vai ser em cima de nossas residências, em cima do jardim botânico, do zoológico, porque entendo que isto traz um risco muito grande a comunidade e um prejuízo ambiental. E por último só colocar que eu estava em casa no dia em que foram feitos alguns testes de ruído, o helicóptero parou pela lagoa e foi insuportável, isto acaba com a saúde das pessoas, é um absurdo vocês quererem construir este tipo de empreendimento perto de tantas residências, de tantas famílias, só isso.

Sr. Paulo Garcia – Aldei Lucas

Aldei Lucas – Bom boa tarde, boa noite a todos, eu represento a construtora MAC, que na realidade está realizando um empreendimento que fica do lado do pretense heliporto. Só para fazer uma pequena, iniciando fazendo uma pequena retificação, as suas palavras, a creche fica a 230 metros do heliponto, e não a mais de 300 como você colocou, e assim isso é só um pequeno detalhe, que como o tempo é reduzido eu vou procurar ser o mais breve possível, pelos questionamentos aqui, por exemplo segurança, eu acho que isto é o que maior relevância, a segurança você mesmo disse no seu eia rima que existe um risco de alta relevância com o urubu, que é o urubu cabeça preta, seja lá que tipo de ave que for isto representa um grande risco de colisão, no seus estudos numéricos, a gente observa que em São Paulo existe maior índice de acidentes aeronáuticos, se não bastasse isto, grande número com colisões de aeronaves que eu não sei que tipo de medida mitigatória você pode ter para infringir que o urubu vá a frente, falando em uma linguagem muito popular, possa causar um risco ai de acidente, sem contar a nossa localização do empreendimento estar do lado do



heliporto, fora a comunidade local, não bastasse isto, existe estudos que você realizou em 2010 que diz que a área é contaminada, não existe um estudo mais aprofundado falando que o chumbo e o zinco resistente na área foram, qual é a medida que você vai adotar para resolver isto, e também existe um questionamento que no nosso entendimento ali é uma APP área de preservação permanente, o teu estudo diz que não é uma APP, nós realizamos dois estudos que dizem que trata sim de uma APP, portanto isto mudaria sobremaneira toda esta conjuntura ai. E eu vejo que você coloca toda uma questão de arrecadação de impostos e emprego na região, só fazendo uma ressalva, a gente fez um levantamento público onde acusa diversas restrições, restrições federais, municipais e estaduais, então eu queria saber que inclusive municipais, então eu gostaria de saber como que isto vai ficar. Bom é basicamente isto.

LP- O tempo acabou.

Aldei Lucas – Tenho muito mais coisas, mas a gente vê muita fragilidade nesse eia rima.

Sr. Paulo Garcia – Devido a quantidade de perguntas ele vai responder.

Conversa feita fora dos microfones de captação.

Sr. Paulo Garcia – Senhora, se ele não responder agora, em quinze minutos ele não vai conseguir. A senhora prefere, vocês preferem isto? Ele vai responder nos últimos quinze minutos, a pergunta que der, nós estamos. Ué, existe. Então, só que esta senhora está pedindo para ele responder em quinze minutos no final todo. Mas não acredito. Para isto é uma audiência pública, a senhora faz a pergunta e ele vai tentando resolver, é o único jeito.

Fernando Escudero: – Existe um procedimento legal do licenciamento ambiental que está sendo seguido aqui, então este, é que você fala nos quinze minutos finais você não para de falar, então deixa a gente continuar a audiência e no final eu respondo as suas perguntas também, no final eu respondo as suas perguntas também. Então mas deixe-me responder então.

Sr. Paulo Garcia – Aqui não é uma assembléia, é uma audiência pública.

Fernando Escudero: – Bom, respondendo ai o síndico do prédio, pelo qual alguns questionamentos, a primeira pergunta é a questão de ser longe o zoológico, é uma questão da razão das áreas definidas dentro do estudo. Nós tivemos que definir algumas áreas de corte para fazer as análises, então o impacto que o empreendimento gera, que foi analisado na EIA, o ruído, ele é desse raio de 1.2 quilômetros, ou seja, 1200 metros, cadê aqui. Aqui, a All é uma área de 1200 metros, por que? Porque é o percurso que o helicóptero demora para subir e chegar a 500 pés, por onde ele pode trafegar por qualquer lugar de São Paulo, portanto o ruído dentro desta área é que é aumentado em razão das operações. O zoológico, ele está a 1800 metros, o portão do zoológico, não a jaula do leão, o portão do zoológico está a 1800 metros, então lá, dentro do zoológico, lá no portão o ruído foi imperceptível quando nós fizemos a medição. Ou seja, não sabia nem que se existia a operação, por isso que o zoológico não faz parte, porque o impacto observado no estudo é inexistente. Com relação ao barulho ser insuportável, hoje, lá no imóvel de vocês, isto não decorre do heliporto, decorre das avenidas, das rodovias, ou seja, não foi o que você falou, hoje é impossível assistir tv, não foi isso que eu entendi? No dia do teste? Olha, tem várias pessoas, não não vai, várias pessoas que estavam lá, e estão aqui hoje. Não, os técnicos, nós pedimos autorização e ninguém autorizou, as medições. Olha, bom, vocês permitem a realização de um estudo lá no imóvel de vocês? Isto a gente pode fazer, medir, nos então podemos marcar uma reunião, com o heliporto, com o prédio, para marcar de realizar os pontos de medição dentro do prédio para verificar qual é o ruído emitido. Perfeito, a gente combina na reunião, pode ser, a gente combina isto no final, assim que acabar a audiência a gente conversa pra definir isto. Algumas outras questões aqui, até o Eduardo colocou,



ouvir barulho de ônibus e carro. Processo judicial contra o município, essa ação civil pública ela refere-se a heliponto, ainda assim o ministério público perdeu, o tribunal de justiça julgou o processo, encerrando o processo, se o ministério público quiser entrar com uma nova ação ele entra. O TJ falou que se você quer questionar uma lei, uma lei se questiona por meio de ação direta de inconstitucionalidade e não por ação civil pública, então foi isso que aconteceu, hoje não existe nenhuma liminar vigente, e até numa ação que a própria MAC moveu contra nós e perdeu, tem lá o juiz falando que heliponto e heliporto são diferentes, então a liminar não valeria para nós. Até numa reunião que nós fomos juntos no ministério público o promotor falou para continuarmos os estudos independentemente da liminar. Inclusive a doutora estava junto, você pode falar daqui a pouco de novo e um pouco te esclarecendo o que você falou é da distância da escola, a distância é medida do ponto de toque da plataforma, não é do muro. Não, está falando direitinho lá. Bom, 260, 360 é maior ainda do que a legislação permite, então aqui, nós refizemos a medição pela plataforma e deu um pouquinho mais distante. Nós sempre fomos conservadores na eia rima, justamente porque tem bastante questionamento. Com relação ao parecer desfavorável do COMAR, é verdade, teve um parecer desfavorável justamente porque a gente pediu 1000 ciclos, sendo 1000 pousos e 1000 decolagens inicialmente. Eles indeferiram. Nós apresentamos o novo estudo e assinamos na semana passada com a torre de controle de Congonhas um acordo operacional onde eles nos autorizaram a fazer um pouso ou uma decolagem por hora, inicialmente, então aqui no eia rima fala em dois..... (intervenção de terceiro) não entendi.

Sr. Paulo Garcia – Pois não, a plaquinha está ali embaixo para ele. Vamos fazer uma coisa?

Fernando Escudero: – 30 Segundos.

Sr. Paulo Garcia – Não, encerrou. Eu vou pedir para todos fazerem a pergunta, uma única pergunta, não adianta chegar aqui e falar “olha, pergunta um, dois, três, quatro”, não vai dar tempo. Então cada um faz uma única pergunta, a segunda eu vou cortar a pergunta, nós não vamos ter tempo, são 48 pessoas para falar. O pedido de audiência é livre, a qualquer momento.

Popular (som captado sem microfone) – Acontecer de tomarem decisões sem consultar as pessoas, a audiência pública para consultar safa-se mais a audiência pública.

Sr. Paulo Garcia – Senhora deixe eu explicar, deixe eu explicar para a senhora, eu sou da secretaria do verde e meio ambiente, eu não trabalho com ele, eu não tenho nada com ele, eu só faço audiência pública. Todos os dias. Isto é um direito da senhora, após tanto que esta é a segunda. Após esta.

Popular (som captado sem microfone) – Nos vamos questionar como foi feita a primeira

Sr. Paulo Garcia – Veja, quem foi aqui que entrou com o pedido de cancelamento da primeira? Foi alguém aqui que está presente? Foi, entraram com um pedido e eu dei o voto favorável para a segunda audiência, e dou para a terceira, a quarta e a quinta se necessário. Não há problema algum, eu só preciso que haja um pouco de tranquilidade no andamento da coisa. Porque são 48 perguntas, certamente ele não vai conseguir responder tudo. Então vamos tentar uma pergunta única para cada um, porque todos são 48 perguntas. Eu sei que cada um teria 48 perguntas. Eu vou pedir para ele sentar, e eu vou chamar todos vocês. Assim vocês falam, e eu vou dar 15 minutos para que ele fale. E se ele responder em 15 minutos, ótimo, certo doutora? A pedido da senhora, se ele não responder, vocês posteriormente tirem a dúvida com outra pessoa ou outra coisa. Ou manda por escrito na câmara. Na câmara não, desculpe, para cada um. É que o vereador está aqui falando comigo. Pois não. Senta aqui.



Fernando Escudero: – Eu só gostaria de me colocar à disposição no final, para quem tiver qualquer dúvida.

Sr. Paulo Garcia – Pois não, mas eu acabei de falar, se entenderem necessário, é só fazerem um pedido, eu faço uma nova audiência, e eu pego mais 48, e precisa de novo, mais 48. Não há problema, o problema nosso é o tempo, porque quando você faz uma pergunta, no mínimo que você espera é uma resposta, mas se querem só fazer pergunta, ótimo, ele põe no papel pronto e acabou. Agora as perguntas muito demoradas acabam demorando mais a resposta também. Cada um trinta minutos? Assim acabamos as 6 horas da manhã, se acabar. Não, não é o seu direito, não é uma assembléia de condomínio, não é uma assembléia de condomínio. É devido a quantidade, o senhor quer representar os demais e falar por 30 minutos, os demais aceitam que ele represente a todos? Não. Na verdade, ele acabou demorando para apresentar o projeto, e foi cortado ali pela advogada, ela pediu dentro do prazo. Eu seguindo o prazo, vocês não ouviram o restante, como a maioria falou agora há pouco que não tem interesse em ouvir a parte dele, apenas em falar, a sugestão que foi dada, várias sugestões foram dadas, uma delas eu faço 28 perguntas, 34 perguntas, e ele responde se der tempo ou não. Isto são as pessoas que se inscreveram para falar. Aí nós temos as entidades, são mais 6 pessoas.

Popular- e se a gente faz uma pergunta e ele responde, e assim sucessivamente, acho que fica mais fácil

Sr. Paulo Garcia – Então vamos lá, o que vocês acham? Pode?

Popular – todo mundo concorda gente?

Vereador Dalton Silvano– Gente, posso pedir uma parte aqui? Que a gente tem uma experiência na câmara municipal de audiência pública, de plano diretor de zoneamento, é logicamente que não vamos interferir, vou apenas sugerir. Essa questão de uma pergunta uma resposta não funciona, até porque a resposta invariavelmente ele sempre vai querer falar mais daquilo que podia. Na câmara, as pessoas falam dois minutos, dois minutos e meio. É feito até um acordo com os participantes, para que todos possam falar. E mais ainda, na câmara, to dando exemplo que funciona lá, pelo menos aqui tem horário ne, lá a gente fica até meia noite. Façam as perguntas e ele vai anotar o nome da pessoa e a pergunta, e ele tem que anotar. E quando faltar 15 minutos, na minha opinião põe todo mundo para falar, intercala até uma pergunta de pessoa física e uma associação, uma pessoa física e uma associação. E aí no final ele responde todas, e se não der para responder, manda por escrito. E vai ter outra audiência pública, então eu acho que todo mundo tem que falar. Ele já explicou, já falou, como ele ia ler agora, eu também quero ouvir o que vocês querem falar. Apesar que pelas palmas eu já consegui entender bastante coisa, de cada fala de colega de vocês, que realmente o maior problema, todos já estão dizendo que é o barulho. Mas eu acho que é o melhor, cada um fala, e vai falando, e no final, você anota Fernando, com todo o respeito, você vai anotando e no final você responde.

Sr. Paulo Garcia – Todos concordam? Veja a audiência é pública, nós podemos fazer esta mudança a qualquer momento. Todos concordam? Tranquilo? Uma pessoa levantou a mão, tudo bem? Tranquilo? Então vamos lá, por gentileza. Pois não, não, uma pergunta. Sabe o que é. Duas pessoas pedem duas, daqui a pouco pedem três, nós estamos aqui no Brasil. Daqui a pouco pedem quatro a quinta vem por trás, entendeu? É uma pergunta.

Popular (som captado sem microfone) – tentando não ter jeitinho brasileiro pras coisas.



Sr. Paulo Garcia – É verdade. Eu já estou acostumado a isto acontecer. Sempre tem uma pergunta a mais, então nós fazemos isto, uma pergunta se necessário marcamos uma nova audiência. Ok? Vamos lá. Luiza Reis Conceição. Não, vai acontecer. No final.

Luiza Reis Conceição – Boa noite, meu nome é Luiza, a questão do tempo realmente nos preocupa muito, porque a gente está vendo a obra andando e nós estamos totalmente fora do processo. Sem ter sido consultados, com medo do barulho que vai acontecer e do trânsito. Então uma das perguntas minhas, é o seguinte. No dia do evento a gente sabe que existe um acúmulo de mais vôos porque você disse que vai atender à necessidade dos eventos, não é? Está previsto só um vôo e pouso por hora, no dia do evento isto não vai acontecer, vai acontecer mais, a gente não vai confiar nesta informação sua, o nível de ruído que foi medido aí é nível de solo, só que o helicóptero sobe e desce. A creche, a gente sabe as crianças precisam dormir durante o dia. Vocês vão realocar a creche? Atendendo uma população pobre. Outra coisa, os ireres que voam lá de noite, de madrugada, eles não tem GPS, tá? Eles não voam baseados em mapa de radar, e é justamente nesta rota, porque eu cresci vendo naquela lagoa lá cheia de.

Sr. Paulo Garcia – Uma pergunta, por favor.

Luiza Reis Conceição – ...cheia de ireres. E a área de proteção, de amortecimento do parque é grande se você está justamente dentro desta área de proteção. E a gente está pensando, você só falou em dinheiro, vai atender uma população rica, e a população do entorno não vai se beneficiar disto, porque nós não andamos de helicóptero, tá? E além do mais, além do mais, o bairro a avenida Miguel Stefano já está estreita para o trânsito local, com os acontecimentos que vocês estão querendo aumentar lá vai aumentar muito mais o trânsito, a gente já não anda, veja as reportagens, sábados, domingos e feriados emendados o que acontece ali. Ne. A gente simplesmente não anda, o barulho no condomínio ali é bastante grande, a gente sabe que é real. Vocês vivenciam isto. Além do mais tem um hospital psiquiátrico ali do lado, os pacientes precisam de repouso, tá? E vocês vão usar combustível fóssil, que a gente também sabe que é a solução, mas vocês estão falando que vão fazer a neutralização das emissões de carbono. Como vai fazer a neutralização? Plantando árvore lá na China?

Sr. Paulo Garcia – Senhora, ele vai responder apenas a primeira pergunta. A senhora fez quantas perguntas no total?

Luiza Reis Conceição – eu fiz uma, a questão de por, são 480 pastas.

Sr. Paulo Garcia – Todos concordam ou eu mudo?

Luiza Reis Conceição – todo mundo tem dúvida não tem? Nós estamos aqui para esclarecer as dúvidas. Você está aqui para o que? Então esclareça por favor

Sr. Paulo Garcia – Eu estou querendo esclarecer que nós combinamos uma coisa, uma única pergunta devido ao tempo. Elizangela.

Elizangela – Boa noite eu sou síndica do condomínio Clima Botânico, em parceria com o Eduardo, gostaria de dizer que a gente tem um baixo assinado. Não sei se entrego neste momento. Com mil cento e quatro assinaturas, todos contrário a este projeto. Devido ao grande risco à segurança e a parte ambiental. Como é limitado a uma pergunta, vamos partir do padecer desfavorável, solicitando maiores estudos do CONDEPHAAT e baseado nisto, no relatório de vocês, na página 225 vocês falam pra gente que existem várias espécies de aves registradas na área de impacto direto e indireto. E uma apenas classificada como criticamente em perigo, então, e essa é considerada quase uma ameaça, ou seja, se ela é quase uma ameaça, com esse problema ela vai ser extinta. Foram observadas também 6 espécies endêmicas do bioma da mata atlântica, uma espécie apresenta



prioridade para conservação desconhecida. Duas espécies são consideradas raras, e as espécies raras podem se tornar extintas mais facilmente. Em relação as aves de média sensibilidade, elas representam 22% do total. Eu venho aqui no próprio relatório de vocês e eles dizem assim, eu acho que resume tudo em questão de segurança e em questão ambiental, vocês falam na página 272, que a implantação do empreendimento proposto apesar de contribuir negativamente para a qualidade ambiental e então vocês mesmos estão dizendo que o que vocês vão fazer vai gerar um impacto, que pode ser um impacto irreversível, então não tem como a gente fazer qualquer apoio ou qualquer menção de apoio a vocês. E eu também, como o Eduardo, convido você a jantar na minha casa no dia que vocês estiverem medindo, porque não dá pra ouvir televisão, não dá nem para você ter uma conversa com a sua família.

Sr. Paulo Garcia – Elizangela, Gerson Flores. Elizangela, sem problemas, você pode entregar o abaixo assinado e eu entrego para a secretaria.

Gerson Flores – Boa noite pessoal.

Sr. Paulo Garcia – Suas considerações.

Gerson Flores – Obrigado mesa, Danton Silvano, receba tanto o abraço da comunidade quanto da deputada Marcelia sobre a sua posição aqui hoje. Parabéns. Pessoal, é muito ruim, eu queria fazer, dentro dos meus dois minutos eu vou fazer quantas eu quiser, responda quantas quiser. Primeiro, quando se faz um estudo ambiental, quando se faz um estudo de impacto de ruídos, tem que ser sincero com a comunidade e com o poder público. Primeiro. A deputada fez uma menção de repúdio com este empreendimento, e colocou este estudo que vocês levaram lá pra prefeitura. Você não estudou aos domingos qual que é o ruído que a avenida Miguel Stefano tem, ou a Imigrantes tem, tem como medir realmente quantos metros tem da creche para o empreendimento. Você não sabe o que é um helicóptero pousar na sua cabeça, no condomínio do lado, há um metro do lago. Então é complicado. Eu me sinto, e outra, o estudo, acho que descreve a população, o povão, o bordel fala, que o inferno está cheio de boas intenções. Se tem boas intenções de arrecadar para o nosso município, que eu também gosto de arrecadar para o meu município, eu nunca soneguei, é, o que que gera, eu acho, na minha opinião, que a MAC dá mais lucro para o município do que o teu empreendimento, porque vai gerar imposto, IPTU permanente, o teu amanhã a empresa pode fechar e não pagar mais imposto. O que o empreendimento, já que você quer gerar emprego, que não vai gerar nenhum emprego para a comunidade, acho que ninguém da comunidade ou do condomínio pensa em ter a secretaria lá de aeronave que não vai ser. Então se você está com intenção de ajudar a comunidade. Vai prejudicar todos os animais, questão ambiental estas coisas, quanto da geração de emprego e qualidade de vida. Porque aquele terreno nós podemos fazer um condomínio, um empreendimento de lazer, um CEU, um SESC, que vai gerar mais emprego e renda para a população. Obrigado.

Sr. Paulo Garcia – Hélio. Por favor. Suas considerações.

Hélio – Obrigado mesa, minha consideração é a seguinte, sua plataforma, sua rampa, estaria em cima da lagoa, maravilha. Todo mundo sabe que você fez a medição do centro geométrico na sua rampa específica, mas eu nunca vi um aeródromo que tivesse só um lugar para pouso, ele tem pouso e tem a decolagem. Tem a demarcação de emergência, essa demarcação de emergência, no melhor dos casos, que eu chutei pela sua planta, ela fica abaixo dos 200 metros da creche, mas não é esta a minha pergunta. Considerando que ontem a gente teve uma pequena chuva de 10 ou 15 minutos, nós fizemos uma medição, e com o fechamento da lagoa, com o fechamento da lagoa, se você fechar, ta? Se você fechar a lagoa, você no caso de ontem, aquele vertedouro que é a descida da imigrantes, ela recolheu mais ou menos 17 milhões de litros de água, aí nós temos o impacto



ambiental que não foi citado no seu relatório, no seu eia rima, isso para começar. Ai a questão da creche, menos de 200 metros, um ponto de toque diferente da plataforma, que é normal em aeródromo. Mas a questão é a seguinte, hoje a gente tem um talude, decorrente do São Paulo Expo, este São Paulo Expo, mais a sua medida mitigatória, vai criar uma concha acústica em cima do empreendimento da MAC, vai ser lindo. Então além da questão de alguns pontos do seu relatório não terem sido verificados, principalmente as áreas onde as crianças fazem as atividades no jardim botânico, está menos de 200 metros, menos de 150 metros, menos de 50 metros, ta? É aquela parte do estacionamento por incrível que pareça tem sim. Então é uma contra, pequenas falhas, pequenas inconsistências, e faço a pergunta. O seu relatório vai ser revisto com estas mudanças do talude, com estas mudanças do, questões do, do seu muro mais alto, e a questão do impacto ambiental de reversão do fluxo na lagoa.

Sr. Paulo Garcia – Valter José da Silva Junior

Valter José da Silva Junior - Boa noite a todos, boa noite Fernando, presidente da mesa, vereador Dalton. Vou dividir minha fala dentro dos dois minutos, é em algumas constatações e terminarei com a pergunta a ser registrada para posterior resposta, ok? Ficou, acho que um ponto importante Fernando, que ficou muito claro, eu gostaria que você me ouvisse se fosse possível Fernando, apenas para registrar a pergunta, fica.

Fernando – estava procurando seu nome. Como você chama?

Valter José da Silva Junior – Valter. acho importante num estudo delicado deste ter este cuidado mínimo de ouvir a população, quer dizer, um impacto que um empreendimento deste vai ocasionar em todo um raio próximo, eu acho que o clima, você já deve ter percebido, até em não te deixarem concluir a apresentação, eu acho que muito grave em não se iniciar este trabalho com a comunidade, e ouvindo as pessoas. E está muito claro os riscos ambientais aqui registrados, e eu deixaria mais um, que é algo de conhecimento público, que o querosene destas aeronaves vão prejudicar também diversas arvores ali do jardim botânico também. Então além da questão dos animais, da fauna ali, você tem também esta questão do querosene que eu não sei como que vocês não resolver. Para finalizar, você deixa a pergunta que este estudo que vocês estão nos apresentando, qual que é a legalidade do estudo, do RIMA no caso, ser elaborado pelo próprio empreendedor, ou no caso pelo seu representante. Eu acho isto de extrema gravidade, este conflito ético de interesses. Eu gostaria então que você depois abordasse pra gente isto, está ok? Muito obrigado.

Sr. Paulo Garcia – Marcos Azulta, é isto? Esta.

Marcos Azulta – Boa noite pessoal, também sou do clima botânico, vou tentar falar nos dois minutos, nos dias que eles fizeram os testes lá coincidentemente eu estava no condomínio, foi insuportável ficar lá. Depois conversando com os outros moradores, a insatisfação foi total, ok? A minha pergunta é diretamente relacionada com o abastecimento das aeronaves, pelo que eu olhei no projeto, em nenhum momento vocês estão falando em abastecimento. Lógico que sabemos que quando se fala em abastecimento tem-se novas licenças diferenciadas, e também sabemos que uma aeronave não decola sem estar devidamente abastecida, este é um ponto, o outro ponto que eu gostaria que se possível esclarecesse é com relação ao horário. Sabemos da insatisfação da população que mora em torno de Congonhas, quanto ao horário, e o horário vai até as 23 horas, aí nós estamos falando até as 23:59, justamente ai no final de semana. Então eu gostaria, se possível, apesar de ser dois pontos que você esclarecesse isto para a gente. Obrigado

Sr. Paulo Garcia – Aldo de Junior. Quem é?



Aldo de Junior - boa noite a todos, o meu nome é Aldo, eu sou morador do Clima do Parque, e hoje eu levantei e falei, meu Deus do céu, eu mereço, eu moro numa das cidades mais perigosas do mundo, eu falei, tão querendo colocar uma bomba relógio na frente do meu prédio. Quer dizer, todo mundo sabe, que o momento mais crucial que você tem em um vôo, é o pouso e a decolagem, se por acaso, eu estava pensando, se por acaso na hora da decolagem, me dá uma pane no motor, aonde que o cara vai buscar um terreno vazio para pousar? Ele vai bater na varanda do prédio, na quadra de tênis, vai cair ali. Empresa de aviação, eles trabalham da seguinte maneira, não é que não teve acidente, é quando vai ser. Porque, eu trabalho com informática, meu, a gente sabe que tudo, equipamento, é passível de falha, não é possível. Família Aliperti, é uma família empreendedora tem estacionamento de caminhão, eles estão fazendo agora helicentro. Eu não posso reclamar de Congonhas, mas eu posso reclamar disto, porque eu estava morando lá antes. Tá certo? Não é possível, sabe, só fica a minha indignação, não vou fazer nenhuma pergunta, porque na hora que acontecer algum acidente, eu quero ver se você, vai estar lá representando a família das vítimas, quem que vai pagar o seguro. A que pena, aconteceu uma tragédia, uma tragédia anunciada isto aqui.

Sr. Paulo Garcia – Obrigado. Luciano Borba

Luciano Borba – Boa noite a mesa, parabéns vereador pelo posicionamento. Eu também estava no dia do teste, lá no meu apartamento, e com a varanda fechada, tanto o fechamento da sacada, quanto com o vidro, é impossível ouvir a televisão. Eu estava lá. E não era da imigrantes. A pergunta que eu quero fazer é com relação ao horário, no estudo fala que o início das atividades vai ser as 6 horas da manhã, a medição de decibéis foi feita as 6 horas da manhã?

Sr. Paulo Garcia – Vagner Fernandes.

Vagner Fernandes – Oi boa noite, Vagner do botânico, olha doutor Paulo, eu não sei se eu posso fazer pergunta para prefeitura, qual é o andamento do piscinão aliperti? Eles vão continuar a obra?

Sr. Paulo Garcia – Piscinão? Infelizmente não é para a minha pessoa isto, é somente para as audiências públicas. Então seriam os técnicos do DECONTE, que são as pessoas que mexem com os processos de andamento. Eu só faço, eu sou departamento de políticas públicas.

Vagner – Porque a obra do piscinão conflita com o heliporto

Sr. Paulo Garcia – Os técnicos vão avaliar isto. Ainda existes algumas, muita discussão, e os técnicos vão avaliar. Na verdade, a audiência pública é para ouvir vocês, e eu não posso manifestar lado, posição ou qualquer outra coisa. Eu não posso falar nem que eu quero nem que eu não quero o heliporto. Ok?

Vagner – Tá ok, obrigado.

Sr. Paulo Garcia – Vagner Fernandes. Odete, eu não vou conseguir ler, Odete, pera aí, Takato, é isto? Isto Odete. Meninas podem ficar sentadas, duas entregam o microfone para ela.

Odete – Boa noite, gostaria de saber do senhor Fernando, como é que vocês mediram o raio, a distância no ar, até os nossos prédios, você sabe que está 25% abaixo do mínimo. Como é que isto passa. Obrigado.

Sr. Paulo Garcia – Eu creio que é Paulo, é isto, Samaro.

Paulo Samaro – Boa tarde senhor presidente, boa tarde senhor vereador, só queria dizer poucas coisas só. Diante, família Aliperti, diante de tudo que está acontecendo, de toda esta contestação, será que está valendo a pena insistir em construir ali, será que vale a pena colocar dinheiro, investir



ali. Acho que com a ajuda dos políticos, vereadores podem achar algum terreno, sei lá, perto do rodoanel, perto das rodovias, próximo. Eu acho que isto talvez, uma pesquisa que vocês estão fazendo para ver se realmente vale a pena gastar um dinheiro ali. E estamos no tempo de várias manifestações ne? Será que vale a pena receber várias manifestações depois ali, na frente. Vale a pena ter vários processos ali. Eu sou morador do Clima do Parque, será que vale a pena depois ter vários processos pedindo para que vocês constRuem vidros à prova de som? Então eu acho que vale a pena a própria empresa pesquisar, verificar isto, eu acho que a melhor coisa é construir longe das pessoas, longe de moradias, longe de creches, longe de lugar de lazer, que é um grande pondo onde eu já fui, que é o Jardim Botânico. Que é um ótimo lugar para sentar com a família, tomar um negocinho, fazer um piquenique ali. Então imagina as crianças passando ali, aqueles barulhos, fumaça, cheiro de querosene, eu acho que vale a pena. Vai custar menos para vocês. Mesmo vendendo para construtoras e comprando em outro lugar, com a ajuda de vereadores e políticos, o que normalmente muitas grandes empresas que a gente ficou sabendo até hoje, que vários políticos ajudam. Então eu acho que vale a pena comprar um terreno longe das pessoas, para poder fazer essa construção, é só isso.

Sr. Paulo Garcia – Mauro Correia. Desculpe, como é o nome? Então é Marisa, para mim apareceu aqui Mauro. Chega uma idade que com essa luz, a idade já não lê direito. Então vamos lá, Marisa

Marisa Correia – Bom, boa tarde, boa noite, sei lá. Acho que assim, tem tanta preocupação com o retorno financeiro para a municipalidade, seria bom que as execuções fiscais da Aliperti fossem cumpridas e pagas. Essa é a primeira, isso não é uma pergunta, só uma colocação. A outra colocação é a seguinte. Naquele mapa que foi colocado da escala do barulho, do impacto de barulho que causa o pouso ou a decolagem do helicóptero, fica interessante, observar o tamanho da imigrantes ali do lado. A lagoa parece imensa, a imigrantes é só uma linha, os prédios nem aparecem, tão tão longe, não é? É muito interessante, do mesmo jeito que as medições são feitas, eu meço a porta do zoológico, mas não meço a jaula que fica bem antes. Eu não consigo medir porque está fora de escala a porta do condomínio, mas o condomínio, mas o condomínio fica a menos de 50 metros. Ai este tipo de erro de escala parece ser intencional, sabe Fernando, para quem vai avaliar o projeto, ser induzido ao erro. Será que só está escala que está com erro? Será que não tem outro decorrentes deste processo que induzem ao erro? Por que esta escala precisa ser revista, é o mínimo.

Sr. Paulo Garcia – Aurélio Moretti.

Aurélio Moretti – boa noite, Fernando, boa noite presidente, boa noite Fernando, todo mundo sabe que há cerca de oito anos atrás aconteceu um acidente da TAM ali perto, na av Santa Catarina, que tem a distância de quase um quilometro do aeroporto, é, todo mundo viu, o jornal, acho que o trem de pouso, teve pouso forçado no interior por causa de problemas. Eu quero saber como vocês vão mitigar os pequenos acidentes que podem acontecer na região, tendo em vista que nosso condomínio tem um espaço muito pequeno entre vocês. E a outra dúvida que eu deixo, não é nem uma pergunta, será que não estão fazendo isto apenas para valorizar o imóvel de vocês, apenas para ser depreciado pela prefeitura, ou pelo governo federal, para fazer a construção do piscinão que vai atender muito mais a população de São Paulo, do que o heliporto que será uma faixa de pessoas muito menor. Obrigado.

Sr. Paulo Garcia – José Rodrigues Neto

José Rodrigues Neto – boa noite senhor Paulo, boa noite ao senhor Danton, sou o representante da auto-escola Moto aclimação, conheço o senhor desde pequeno. Eu não tava nem querendo fazer a pergunta para o Fernando, só quero pegar e dizer que eu sou uma das pessoas que sofreram com



aquele treino de helicóptero na frente da minha janela. Teve uma vidraça quebrada, e quase as outras também explodiram, se eu não tivesse que abrir elas. A pressão que o turbo hélice faz no momento que ele está fazendo a decolagem, ele atingiu o meu apartamento que é o 94, no nono andar, ali é o momento de maior aceleração. Se você quer conversar esquece, o querosene é dentro da minha casa, quebrou minha vidraça. Eu fiz um boletim de ocorrência na ANAC, eu tenho este boletim por e-mail, requer o síndico. Então eu não tenho muito o que falar para você, não vai funcionar, só isso. Se você puder fazer alguma coisa pelo nosso condomínio (inaudível), mais quatro mil pessoas vão agradecer.

Sr. Paulo Garcia – André Ramos

André Ramos – Boa noite. Eu sou arquiteto e urbanista de formação, fiz atividade longa de processo de planejamento do plano diretor. Tenho algumas constatações a relevar ao senhor antes de efetuar a pergunta. A primeira, o senhor alega que a justificativa do empreendimento é motivada pelos empregos, não é. Lhe digo que pelas últimas pesquisas, certamente não há nenhum tipo de emprego na região que seja relevante. O senhor diz que irá melhorar a fachada do imóvel, a própria fachada que a empresa não toma conta, que a empresa não trabalha. O Senhor diz que vai por gratidão fazer a coleta de impostos, e isto é um benefício do estado. Ora, isto não é uma gratidão, isto é uma obrigação. Sobre o local, o senhor disse que não há locais na cidade, que não há locais baratos e adequados, convido o senhor a fazer um passeio na zona leste, no eixo da Jacu Pêssego, no qual a prefeitura quer adensar o uso, é bastante conveniente talvez lá nos terrenos mais longínquos, não incomodem tanta gente. Sobre a baixa densidade, o senhor fala é isso é verdade, pois a final de contas tem um parque do lado, e é óbvio que a densidade vai cair. O senhor também fala sobre os grandes edifícios, o senhor deve ter contratado um cego para fazer a avaliação, para não enxergar os edifícios, ou surdo para ter feito a avaliação sonora, porque a final de contas elas são totalmente errôneas. Agora o ponto crucial e onde eu baseio a minha pergunta, o senhor me alegou nesta audiência pública, esta atividade oficial, que a creche está a 360 metros, e em relatório, oficial também, o senhor alegou que a creche está a 230 metros. Isto, segundo os dispostos, pela própria lei que o senhor colocou, 1509 de 2009, constitui crime o senhor fazer fraudar ou interpretar informações, eu pergunto ao senhor, se o tal erro maior, do que 50% nesta conta, se é um erro de matemática dos senhores, se os senhores estão achando que vão enganar o povo sendo sacanas, ou se os senhores apenas se consideram acima da lei.

Sr. Paulo Garcia – Maria Celia. Minerva

Popular – Ela não vai

Sr. Paulo Garcia – Não está? Mario Salles dos Santos. Maria, então Maria Salles dos Santos. Muito obrigado. Sandra Isabel.

Sandra Isabel – Boa noite Fernando, boa noite presidente, vereador. Como moradora, gente, todas as questões, pessoal já está comentando, já está fazendo. Alguém por acaso aqui leu a Veja São Paulo no domingo que saiu, sobre o negócio milionário dos helicentros? Alguém leu? Então é aí o Fernando disse que vai beneficiar a população. Não. Em um município vai beneficiar a classe A A A, porque o mínimo, mínimo, a família da Arrezo manda buscar a roda da bicicleta. Então a pergunta, quais os benefícios que você realmente vai trazer para a população?

Sr. Paulo Garcia – Solange Nube. Marcio Bojo. Lucia Rossi, ou Lucio Rossi. Lucia. Marcio Borjas, Marcio Borjas, por favor. Então a senhora Lucia águarde um pouquinho, por favor.

Marcio Borjas – Boa noite a todos, é eu trabalho com eventos, eu sou DJ, sonoplastia, com tudo isso. Eu tenho um medidor de decibéis na minha casa, mas não tenho nada de arquitetura ou engenharia,



então eu não vou fazer pergunta, eu vou convidar o senhor, o vereador também, o pessoal da prefeitura, quem seja, para quando for fazer os testes esteja na minha casa. Eu acho que aqui não tem uma pessoa que mora mais próximo de lá que eu. Tem residência mais próximas, mas acho que representando, acho que a minha é a mais próxima. Eu estou praticamente do outro lado da Rua da onde vai ser o evento de você. Da minha laje, as nove horas da manhã do domingo, quando vocês fazem os testes, fizeram os testes, que a minha casa ficou tremente, que treme a estrutura da casa, não só o barulho. A minha casa o medidor deu, mais ou menos 116 decibéis, eu uso isso porque a prefeitura me obriga nos eventos que eu faço a ter menos de 85 decibéis saindo das baladas, então como o senhor falou 76 decibéis, isso aí eu acho que na boa, e outra coisa, eu vi todos os dias que fizeram os testes, todos. Acho que foram 6 vezes, e eu andei pela água funda inteira, eu sou da água funda, sou do bairro aonde vai ser feito essa porcaria, eu andei o bairro tudinho e não achei um cara, quem era esses técnicos, aonde eles estavam? Aonde? Eu andei justamente porque queria ver o aparelho deles, não vi um. Não vi um. Só vi topologia, essas coisas, eles estavam medindo, mas pra medir agora, na boa eu não vi nenhum. Agora eu convido os três a estarem na minha casa quando for fazer esses testes, na boa, a minha casa tem uma laje em cima, cobertura, ótimo, ai leva um engenheiro pra ver o que faz com a casa.

SR. PAULO GARCIA: Agradeço pelo convite, tá, ótimo. Lucia Rossi.

Lucia Rossi: Boa noite a todos, é eu trabalho aqui no instituto de botânica, mas eu deixo claro que eu não estou falando pela instituição. Eu como funcionaria, eu, vocês sabem que o instituto de botânica ele recebe muitos alunos, muitas crianças e as aulas são meio a céu aberto mesmo, ali em frente, próximo ao portão. Então se imagina o que vai acontecer quando tiver tudo esse, essa, pouso e decolagem de helicópteros, quando estive tendo aula de educação ambiental nos jardins, muitas espécies raras, em extinção. E outra coisa também que eu gostaria, mais da minha pergunta principal é o seguinte, vocês, pra iniciar todo esse estudo do licenciamento ambiental, vocês precisam ter uma autorização da ANAC e eu não vi na documentação toda que teve a disposição, a tua autorização, eu não sei se você tem uma autorização pra um heliponto ou pra um heliporto. E eu digo isso porque, aquele heliponto da HBR, lá em Osaco, ele começou com uma briga muito grande com a SBT, que é uma entidade superpoderosa, eles tinham autorização pra heliponto e no fim a autorização deles era pra heliponto e eles tem um heliporto lá. Então eu quero saber a de vocês, é heliponto que vocês tem como autorização? E essa autorização e a autorização tem que estar pronta antes da realização do estudo, do licenciamento ambiental, isso é o correto, e não o se fazer ajustes depois que o negócio ta aprovado. Certo? Pra isso eu gostaria de saber, que tipo de autorização é.

Sr. Paulo Garcia: Claudio Ridiz Sakuradai.

Claudio Ridiz Sakuradai: Boa noite, é tenho uma pergunta aqui do nosso condomínio, condicionado o controle de tráfego de Congonhas, mais tempo aeronave girando, mais tempo de ruído, vai gerar mais trafego para Congonhas e não vai desafogar? E outra coisa que eu também queria perguntar. Pimenta no olho dos outros é bem tranquilo né, se sentiria se construísse um empreendimento desse tamanho dentro da casa de vocês? Você aceitar também?

Sr. Paulo Garcia: Fabiola Gomes.

Fabiola Gomes: Boa noite. Também tenho algumas considerações, mas é o seguinte, você quando comentou do ciclo de pousos e decolagens, uma hora, um pouso e decolagem do ciclo, por hora, que também facilitaria o centro imigrantes. É, só se as pessoas chegassem três horas antes do evento, porque isso aí é facilitar um convidado, então é algo que você mencionou que não estaria facilitando pro centro imigrantes. É centro paraolímpico mesmo, você ta citando que há apenas uma escola, uma creche que tem lá, aí a pessoa acabou de comentar dos estudos que tem no centro botânico, no



instituto lá. E quer dizer, você só está considerando o que é escola, somente o que tá na instituição escola, treino, tudo que é usado lá pra um centro aberto não tá sendo considerado? Sabe, as pessoas escolhem a escola que você estuda, e a densidade demográfica é a mesma coisa, vou reforçar o que o colega falou, como que a densidade demográfica, se tá deturpando esse valor porque você considerou um local de, que é reserva ambiental, quer dizer, tá errado, tem várias coisas erradas. Então assim, sugiro até que quando for colocar à medida que fez do áudio, colocasse um vídeo, pra provar então, será que o que tá sendo dito é prova, cadê as provas? Coloca vídeo, coloca áudio, porque o que está dizendo não está batendo onde você está caminhando. E outra coisa que eu acho que tem bastante haver também, eu falo o ciclo, qual a duração de um ciclo, porque se você falar pra mim que um ciclo é 1 por hora, o helicóptero pra pousar e decolar fica um tempão ali até que todo mundo se acomode. Qual que é o tempo desse ciclo? Então é isso, por enquanto.

Sr. Paulo Garcia: Cintia Maria Leo Silva.

Cintia Maria Leo Silva: Olá, boa noite. Com relação ao impacto ambiental, social e com relação ao laudo, todos já falaram com muito mais propriedade, agora eu gostaria de saber se eles calcularam o impacto moral que eles podem causar pra vocês e o impacto financeiro. Tá então no condomínio “clima do parque”, cada unidade deve valer hoje, aproximadamente, 1 milhão, 1 milhão e pouco, a desvalorização vai ser em torno de 30% de cada unidade. E ele tá dizendo que é 2 milhões por ano de arrecadação pra prefeitura, o que daria menos de 200.000 reais por mês. Então assim, cada um vai perder mais do que eles vão arrecadar pra prefeitura e segundo algumas pessoas, eles tem algumas dívidas públicas, que eu não calculei. E aí assim, eu não tenho uma pergunta pra ele, eu tenho uma pergunta pra vocês, quantos aqui são a favor da construção do heliporto? Se não vai levantar a mão, Fernando? Quantos aqui são contra a construção do heliporto?

Sr. Paulo Garcia –Daniel Roquichilha, é isso? Roquichilha. Por favor, as vossas considerações.

Daniel – Pela ordem senhor presidente, nós temos um vídeo aqui para mostrar por gentileza. Gostaria de ressaltar também o princípio da isonomia nós temos aqui o talão da Escudero Consultoria a todo o momento, gostaria de por gentileza de mostrar um vídeo aí.

Sr. Paulo Garcia – Na verdade eu já autorizei.

Daniel – Já está conosco o pen drive, salvo na mídia. Eu já estava.

Sr. Paulo Garcia – Eu já autorizei há um minuto, foi isso que foi me dito.

Daniel – Isso. Quer que deixe na mesa?

Sr. Paulo Garcia – Eu vou deixar por último para ter vídeo. Eu já autorizei.

Daniel – Ok, muito obrigado

Sr. Paulo Garcia – O princípio da transparência. Por favor, a sua indagação.

Daniel – Obrigado, olá a todos, eu, eu queria, colaborar um pouquinho com esse vídeo de vocês, não sei, o estudo do impacto, essas coisas. Mas eu acredito que não foi considerado que eventualmente exista rajadas de vento, provenientes da canalização do ar, na imigrantes e por aí vai. Também não foi, eu acredito que ninguém passou lá para ver que existe vida no lago, e que é constante durante o dia, a presença de aves, e então como não vão extinguir o lago, provavelmente as aves vão continuar lá. E, outra coisa também é a questão de alagamento, eu não sei como será a plataforma, se ela vai flutuar ou não. São coisas simples de projeto que alguém negligenciou. E, quando você fala que delimitou em um raio de um mil e duzentos metros, o que é justamente a distância



necessária para se atingir a altura para circular livremente, por que que na hora de fazer o estudo do impacto sonoro foi feito só no raio da plataforma. Só foi feito na plataforma. O helicóptero não emite ruído nenhum quando ele está na rampa, não é? Não sei. É, acho que o pessoal que mexe com o software deveria aprender a interpretar melhor os dados ou fazer um bom uso dos equipamentos ao invés de só colocar no computador, né? Porque isto não quer dizer nada. Acho que era só isso mesmo.

Sr. Paulo Garcia – E eu peço para alguma das meninas, levarem o microfone para a senhora, desculpe, o microfone para a senhora Cleide Aparecida. Isso, onde ela está. Consegue? Então tá bom, se quiser eu mando o microfone aí. Depois eu peço para a Elizangela e o Eduardo Araújo vir conversar comigo sobre isto aqui por favor. Encerrando aqui tá?

Cleide Aparecida – Boa noite a todos. Eu só queria saber se o centro paraolímpico é considerado uma escola? Só isso. Porque pros meus colegas, né, cadeirantes.

Sr. Paulo Garcia – Tem aula, tem diploma?

Cleide Aparecida – É escola

Sr. Paulo Garcia – Pronto

Cleide Aparecida – E ele é bem próximo né?

Sr. Paulo Garcia – Sim

Cleide Aparecida – Então, mais um motivo para que não se construa esse empreendimento no local que vocês querem construir. Poderão arrumar um lugar melhor, como nosso colega falou. Que vai dar menos problema para vocês e para nós também. A gente pretende ter um pouquinho de sucesso, no apartamento que cada um teve muita dificuldade para comprar, e tem gente pagando ainda para depois ser desvalorizado. E ninguém vai querer comprar o apartamento com o anexo heliporto, né. Não é um heliporto, que nem tem lá no Itau, heliporto. Tá? Obrigada.

Sr. Paulo Garcia – Passo agora as entidades. Isabel Ramos

Isabel Ramos – Boa noite a mesa, boa noite a todos.

Sr. Paulo Garcia – São cinco minutos tá? Entidade.

Isabel Ramos – Ok. É, eu sou moradora do bairro água funda, e presidente da associação de moradores e amigos do bairro água funda. E também conselheira do parque estadual das fontes do Ipiranga. E lamentamos muito porque o bairro da água funda, ele é um bairro privilegiado. Quem mora no bairro da água funda tem o prazer de morar em um bairro que tem uma enorme área verde, que compõe o zoológico, o safári, o hospital psiquiátrico, o antigo hospital psiquiátrico que eu sempre referenciava, que estuda os mentais portadores de doenças mentais. E também a nossa preocupação apesar desse privilégio de morar ao lado desta área nobre de São Paulo, é com trânsito. Aos finais de semana, nós não temos mobilidade. A gente não anda. Não circula no bairro com os carros. Então com esse empreendimento, além de prejudicar toda a área verde, os animais silvestres, as aves migratórias, que elas circulam muito, elas vão até o espaço do estacionamento da associação de moradores, elas permanecem por horas ali no estacionamento, e são vários tipos de aves. Já tivemos a visita de um bugio. Então eu acho que tudo isso tem que ser levado em consideração, mas acima de tudo a preocupação é com o trânsito. Isso não vai trazer nenhum benefício ao bairro da água funda. Eu acho que a Aliperti, ela pode sim utilizar a sua área para grande benefício para ela própria, para a sua família, e para os moradores da água funda. Muito obrigada.



Sr. Paulo Garcia – Antonio Giovanelli Neto

Antonio Giovanelli Neto – Boa noite a mesa, boa noite senhoras e senhores. Eu gostaria de falar como engenheiro e como piloto. Da pra observar aqui pela, que vocês, pela espera com isso, que vocês estão muito preocupados. Eu também, se soubesse que ia fazer um helicentro perto de mim eu ia ficar esperto. Bem, heliporto é uma coisa muito complexa tá? É muito complicado, por exemplo eu vou, pago para assistir um show de Rock, que é 120 decibéis, mas não pagaria se fosse ruim. Show lá do Rio de Janeiro, chama funk, então o Rio prejudicou isso aí. O helicóptero, perturba? Perturba, se quiser eu meço para vocês. Quanto? Agora depende, depende do que? Depende do tipo de helicóptero, depende da quantidade de vôos, e depende de por onde ele passa. Se ele passar pertinho do prédio realmente vai fazer muito barulho. Aqui está previsto cinco ou um movimento por hora. E só para vocês terem uma ideia, Congonhas está um a cada dois minutos. Eu moro perto do Campo de Marte, e o Campo de Marte hoje é o aeroporto, o quinto movimento do Brasil. É bastante né? O que acontece é o seguinte, aqui neste estudo está previsto um vôo noturno, ok? O que é um vôo noturno? É um vôo depois das vinte e duas horas. Isso aí porque é lógico que quanto mais vôos noturnos, pior. Por isso que foi colocado isso daí. O que vai acontecer é o seguinte. É, vai haver os vôos, eles vão estar sempre em cima da estrada ou da imigrantes, então com relação a esta parte de pouso, se tiver alguma pane neste momento ele vai ter que pousar na estrada, não sei como, mas vai ter. Isso daí é junto com a aeronáutica. É, sim, eu tomo os cinco minutos. Mas gente, eu to do lado de vocês. Eu acho que vocês estão preocupados, calma, eu acho que vocês estão preocupados, mas eu também ficaria, mas eu, pelos estudos não vai haver esta preocupação. O que vai haver é o seguinte, calma, depois eu falo. Na hora que passa o helicóptero, ele está em torno de 85 decibéis, realmente se alguém tiver no telefone deve dar uma perturbadinha sim, só, calma, só que ele demora, no pouso e decolagem, mas para isso, existe uma legislação. Qual é a legislação? Ela diz o seguinte, que para ter um edifício residencial perto disso aí, o nível de ruído não deve passar de 65 decibéis, agora é o seguinte, não é 65 uma vez, é 65 na média, se ele passa um minuto, e você fica os outros 59 minutos sem vôo, na verdade cai isso daí essa é a legislação. É a legislação aqui no Brasil, é na Europa, é a legislação nos Estados Unidos, lá também muitas pessoas reclamam, não é só aqui. É restringir quem quer, seja preferível que aqui tivesse em vez de um helicentro um gramado, um tipo Ibirapuera, eu também acho que seria, mas. Eu gostaria o seguinte, eu acho que não foi bem colocado, eu acho essa parte junto com a população, eu acho que tem um prédio com bastante pessoas, uma sugestão, o condomínio de vocês tem um Datashow, um local para fazer reuniões né? Poderia explicar para um ou outro só pra sentir como é isso daí tá? Eu acho que não vai ser essa coisara toda não, para isto existe o seguinte, olha só aqui, olha como a coisa é complicada, os estudos dizem que não vai, se o ruído for maior que o estudo, fecha-se o empreendimento, assim simples. Não, não, é normal. Está escrito no estudo, o estudo diz que não vai passar de 65 decibéis, passou, a ANAC fecha. Fecha. Muito bem, eu não sei se, pera, com licença.

Sr. Paulo Garcia – Por gentileza, vamos deixa-lo terminar por favor?

Antonio Giovanelli Neto – eu não sei se a sugestão de fazer um manual resolve alguma coisa. Obrigado a todos, desculpa.

Sr. Paulo Garcia – Fabio Falquemburguer e Antonio Giovanelli Neto, ele é da Pixis engenharia.

Fabio – Boa noite a todos, eu sou o Fabio, trabalho do escritório Machado Meyer advogados, e eu queria fazer uma consideração e depois uma pergunta, a consideração é com relação, voltando a questão da distância para a escola pública municipal. Que enfim, teve divergência, o Fernando falou que eram uns 300 metros. O estudo fala em 230 metros e o decreto municipal, que trata de heliportos e helipontos fala que o licenciamento depende da observância de algumas exigências,



entre elas é que o raio de 300 metros em relação a estabelecimentos de ensino, faculdades e outros hospitalares e etc., então o que quer dizer, se a gente estiver falando de 230 metros, que é o que o próprio estudo prevê, isso já não poderia ser objeto de licenciamento por conta do próprio decreto municipal. É, agora a pergunta que eu tenho é com relação a matrícula do imóvel, onde vai se dar o empreendimento, porque consta lá uma desapropriação do espaço aéreo, que é até uma coisa que eu nunca tinha visto. Lá da década de 80, como que se pretende fazer um heliporto, considerando que o espaço aéreo do próprio terreno não foi desapropriado. Obrigado.

Sr. Paulo Garcia – Gabriel Gouveia Felix

Gabriel Gouveia Felix - Boa noite a todos os presentes. Como nós sabemos a região ela sofre um longo processo de inundações, há registros históricos inclusive que a lagoa Aliperte já alagou. Além do mais, o empreendimento ele impermeabilizará 28 mil metros quadrados, além de suprimir a área de preservação permanente, o que fica a questão, o impacto impermeabilizante do empreendimento será muito grande. Ele não prevê nenhum tipo de mitigação, nenhum tipo de mitiga para atenuar esses impactos, além disso eles pretendem construir a plataforma de pouso no meio de uma lagoa que constantemente alaga, então é difícil saber como se pode construir uma plataforma de pouso em um lugar onde se alaga, e além disso há a questão, como o Fábio colocou, da desapropriação. Ele disse que tratara da prefeitura para achar um terreno para que o piscinão seja construído, mas ele mesmo coloca que há uma carência de terrenos disponíveis na região. Como ele pretende construir, como ele pretende achar um lugar para construir esse piscinão se não tem terrenos disponíveis na região. É isso, boa noite.

Sr. Paulo Garcia – A última pessoa. Cleide Aparecida, é isso? Já foi? As pessoas do vídeo, por favor. Por favor, vocês podem aí em cima providenciar por gentileza, por favor? O som. Dá para ligar no computador? Entendi. Eu ponho o microfone próximo, não sei se vai dar microfonia, vamos tentar. O que eu peço é que só silêncio, porque se o som já for ruim falando.

Fernando - O sistema do CEU quando a gente chegou não estava funcionando, a gente fez o teste na segunda e estava funcionando. Chegamos aqui e não estava, tivemos que providenciar aqui este equipamento de emergência, quase que não acontece audiência pública, então infelizmente, a gente não tem outro sistema aqui pro CEU para operar, olha a iluminação, a gente teve que trazer iluminação reserva, então não tem.

Fernando – Como é que você chama, desculpa. Aurélio? Eu acho que esse seu questionamento foi muito colocado aqui justamente pelo, vocês mediram tal horário, não mediram outro, como é que funciona isso. Sim, nos medimos alguns horários específicos, não colocamos equipamento que ficou o dia inteiro lá, não dá para fazer isso. Esse é um ponto de estudo que nós podemos complementar, como eu já propus, nós podemos marcar uma nova reunião, marcar uma medição no horário e momento que vocês acharem mais conveniente, no ponto que vocês entendem de maior ruído no prédio, porque, efetivamente, se o ruído for medido novamente, nós não medimos nas sacadas e tudo isso, se o ruído medido superar o que a legislação exige, não pode ter empreendimento ou nós temos que fazer alguma medida mitigadora. Porque este, Aurélio, este é o procedimento de licenciamento.

Sr. Paulo Garcia – Vamos deixar essa discussão para depois para quando você for responder à pergunta já responde todas. Ok? Não, tem mais uma pessoa, que eu, Jessica Gomes

Jessica Gomes – Boa noite para todos aqui presentes, eu sou Jessica, eu trabalho no escritório Machado Meyer, na área de direito ambiental, trabalho há mais de quatro anos, enfim, já vi muitos eia rimas na minha vida. A consolação do eia rima, ela prevê que um dos principais fundamentos é estudar alternativas vocacionais, no mínimo três. Então todos os eia rimas eles estabelecem três



áreas distintas, três áreas concretas, e não simplesmente áreas, o município de São Paulo não tem área suficiente, o município de São Paulo não tem área boa que nem está, não, você pega três áreas específicas, você estuda os impactos econômicos, sociais e ambientais e você faz uma média para ver, qual é a melhor área? Pode ser que nenhuma dessas áreas seja uma área boa para o empreendimento, então a gente já vê uma quarta área, e aqui o que eu vejo é um eia rima que fala só de uma área, uma área que coincidentemente já é, já está comprada, eles querem fazer alguma coisa nesta área há muito tempo e eles não fazem as alternativas locais. Então eu ia, a minha pergunta, se eles precisam, se eles não iam, pretendem retificar este eia rima, com base na resolução CONAMA 1 de 1986, que estabelece a necessidade de estudar alternativas locais para todo empreendimento com impacto, com potencial impacto poluidor. Obrigada.

Sr. Paulo Garcia – O vereador Danton Silvando, pediu novamente a palavra só para encerrar.

Dalton – Eu quero agradecer aqui o retorno, eu realmente eu tinha outro compromisso, eu adiei um pouco, mas na verdade como eu tive o cuidado de ler bastante este relatório, as respostas já me parecem bem. As vezes até pela conclusão que eu quero passar para vocês. Primeiro lugar eu quero oferecer a câmara municipal de São Paulo se quiserem fazer alguma audiência pública lá, eu conversei com o presidente, eu sou da comissão de política do meio ambiente, nós podemos, como nós estamos discutindo ainda o zoneamento e outras questões, nós também podemos oferecer a câmara municipal para que se possa fazer uma audiência pública. Eu quero ser bem, com todo o respeito, Fernando, eu quero ser depois de tudo que eu ouvi, eu pedi para falar primeiro, porque eu não queria ser contaminado na minha fala pelo que eu iria ouvir, quando eu falei, eu não tinha ainda ouvido o que vocês iriam falar, por isso que eu pedi para falar primeiro. Porque o seguinte, depois, já há muito tempo na câmara, meu quinto mandado, trabalhando no plano diretor estratégico, agora na lei de zoneamento, eu vou dizer bem com todo o respeito, aqui ao Fernando, que este relatório, até escrevi aqui, ele é leonino, leonino, ele é unilateral, ele é viciado, porque eu estou dizendo isso. E aí Jessica, obrigado, tecnicamente, você deu algumas explicações, porque em vários pontos que se coloca aqui, se dá muito mais atenção para o lado econômico, e aqui eu ouvi dizer que o que a população vai ganhar com isto, do que o lado que realmente importa que é o lado ambiental para os moradores, esse relatório ele visa somente dar o padecer econômico, em vários pontos ele fala, á tá tudo bem, menos o ruído, tá tudo bem, menos o ruído, então tirando o benefício econômico para o empreendedor, todos os outros impactos são prejudiciais para a população. Aí entra a fauna, a fauna aqui a creche, a poluição do ambiente, o hospital, não se falou de compensação, olha eu vou oferecer isso para a sociedade, não vou. Falta contrapartida. Bom eu até acho que o Aliperti ele devia doar esse terreno para a prefeitura, para fazer habitação, CEU, escola, etc, ele deve doar. Ele deveria de doar, que a cidade de São Paulo muito ofereceu para o Aliperti, então para mim esse relatório não serve. Eu já atuei como juiz classista, quando a gente que vai mandar fazer um laudo, você pede um laudo com o assistente, esse laudo aqui, ele não serve, aí não adianta os colegas lá do condomínio, vamos lá, vamos medir, vamos medir não, quem que vai medir? Seria a mesma coisa que pousa no galinheiro, vai medir o que? Vai medir tem que ser um instituto independente, se tiver que fazer tem que refazer esse relatório inteiro. E aí eu tenho certeza que instituto independente, porque o impacto é muito grande, o impacto não tem como ajustar, não olha, assim, o impacto, eu vi uma coisa aqui que eu não tinha que ouvir, graças a Deus eu não sou surdo, muito obrigado, á se der um impacto a gente cancela o empreendimento. Que negócio é esse? Ele começou de trás para frente, não ouviu a população antes, e até acho que toda essa população deve se juntar e fazer um abaixo assinado e encaminhar para a secretaria é que vai dar o padecer final do licenciamento. É o que vai dar o padecer final, porque esse aqui, esse relatório é unilateral, eu vou me retirar, não pra não ouvir as respostas dele, porque as respostas dele já estão todas escritas aqui, já li tudo bonitinho. Tem um terreno lá ainda no poço, um terreno que ainda precisa ver, que já tem. Então eu só queria colocar essa minha posição, esse meu entendimento. Porque a hora,



quem é advogado aqui sabe, na hora que você permite que vai lá medir, você está concordando com o mérito, você está concordando com o mérito do heliponto, lá. Então quando você não quer concordar com o mérito, você não deixa nem medir, quer dizer o seguinte, nós vamos lá medir, porque se der 59, 58, 60, não é isso, a intenção é muito mais ampla. Aquela lá do condomínio é muito mais grave, é a mais grave de repente, mas não é só aquela, é todo um conjunto que inclusive aqui, a Elizangela falou, eu fui o primeiro a falar do relatório, que o relatório ele diz que o impacto é negativo, aí ele coloca um conectivo, fui muito bom aluno de português, coloca um conectivo adversativo, olha esse, o ruído é muito grande, o ruído é perverso, mas, pode ser o mais, porém, todavia, contudo, mas nós vamos fazer o projeto assim mesmo. Então gente, eu to dando a minha experiência, que na verdade, com todo o respeito, não era o lugar pra falar, desculpa aqui presidente, parabéns pela presidência, eu sei que as pessoas ficam ansiosas, mas o caso aqui no meu entendimento, falei lá que se depender de mim, junta todo o povo, vai lá na câmara, vocês tem que se unir e já começar pedindo uma liminar para cancelar este relatório, para pedir que se faça um estudo, de algum instituto independente e certamente vai indeferir a construção deste empreendimento lá. Além dos abaixo assinados que vocês deveriam de fazer. Se você não se incomodar, Fernando, eu preciso realmente me retirar, as respostas que tem eu vou depois pegar. Eu estou à disposição no meu gabinete lá, é isso aí, muito obrigado.

Sr. Paulo Garcia – Legal vereador, muito obrigado. Eu vou chamar o Fernando, vou pedir licença a todos, eu vou ao toailete, mas os técnicos da secretaria do verde estão todos sentados aí, tá? Obrigado.

Fernando – Antes de responder todas as perguntas eu queria me colocar à disposição para falar com vocês a qualquer tempo. Quem quiser eu posso ficar aqui para conversar sobre o assunto, para explicar o que que é de dúvida. Até porque tem muita coisa sobre o assunto. Complementando aquilo que eu estava falando, nós podemos marcar estas medições se vocês acharem necessárias. O eia rima é feito desta forma porque a lei obriga que o empreendedor contrate os especialistas e os consultores para fazer os estudos. Todos os consultores, eles não indicam os resultados de acordo com o que eles desejam. São medições técnicas realizadas, eles emitem a ART e se a informação não for verídica eles respondem criminalmente por isto. Então, nós podemos complementar o eia rima com essas medições junto aos prédios, podemos complementar junto a quem mais achar necessário fazer medição em outro ponto e resolver esta questão, ver se realmente o impacto é maior do que o indicado no estudo. Com relação à escola, 230 metros, o colega falou que é insuficiente pela legislação. Essa lei está revogada, ela foi revogada pela 15723, que reduziu para 200 metros. Antes, em 2011 quando nós começamos o licenciamento ambiental, nós tínhamos essa restrição, então nós entramos em contato com a secretaria da educação, ali a regional, se não me engano é a do Ipiranga lá, e estávamos discutindo com eles uma proposta de relocação da unidade. Nos falamos de um terreno, a cerca de 500 metros dali, que é um pouco maior, o que a secretaria tinha nos exigido, que atendesse a toda a demanda local, que na época era de 425 crianças. Estávamos desenvolvendo o projeto, eles não evoluíram no assunto porque mudou o secretário de educação, mudou todo mundo, então a gente não conseguiu evoluir, e nesse meio tempo veio a lei e alterou. Então como eles também não respondiam, e a legislação foi alterada, nós abandonamos este caminho. Assim que a gente abandonou este caminho, apareceu o projeto do SIURB em 2013. Falando deste piscinão, diferente do que o outro colega falou, a ideia não é encontrar um outro terreno para a Aliperti, não, nós vamos fazer o reservatório de águas pluviais no nosso terreno, a plataforma, não boia, ela é feita em Pilotis, e como todo reservatório construído para este fim ela tem um limite máximo, que se eu não me engano, é uma cota que coincide com um metro a menos da base da ponte que existe lá. Então nós vamos construir a plataforma de acordo com as condições técnicas que a própria SIURB nos passará. Esse acordo com eles não está fechado ainda. Aproveitando o próximo assunto, que é complementar, com relação a desapropriação do espaço



aéreo, está lá na matrícula exatamente o perímetro que foi desapropriado do espaço aéreo, por um centavo de cruzeiro, na época. E isto ocorreu justamente para construir a ponte da Imigrantes, ou seja, na verdade, foi praticamente uma doação, porque, para o governo, interessava só construir a ponte, e para a Aliperti, ela não utilizava aquela área mesmo. O imóvel, esse aqui que nós estamos construindo ele, que pretendemos construir o helicentro né, ele englobava, toda a área, inclusive dos prédios, ali do Clima do Parque e Clima Botânico, em 1940. A lagoa ia até lá. A lagoa foi secando na década de 70 e então foi desmembrada as matrículas na década de 90 e em 97 foi vendido para a Ezetec construir as torres, então o limite do imóvel é até o fim da ponte, o fim do outro lado da ponte, ou seja, do outro lado do prédio, então esse foi o espaço aéreo que foi desapropriado, não é tudo. Não é uma coisa que eu também tinha visto, mas o juiz validou, então está valendo. Com relação aos estudos, nós podemos fazer as complementações, mas é importante ressaltar que todos os estudos foram feitos com base no que diz a legislação, com base no que a norma técnica da ABNT manda, com base em todos os regulamentos existentes. Então nós não podemos fugir dos regulamentos, e se defende-se que precisa ser refeito, com um contra ponto, isto pode ser realizado por qualquer um, esse contra ponto, tanto que a MAC defende que lá é uma APP. A primeira coisa que fizemos foi fazer um laudo para verificar se era APP ou não, e foi a nossa primeira dúvida, o laudo ambiental falou que não era. Por quê? Primeiro não decorre de barragem de curso natural, segundo tem menos do que a área mínima para se considerar APP que se não me engano é 20 mil metros quadrados, abaixo disso se não me engano não é considerado APP, a lagoa tem acho que 13 mil metros quadrados hoje. E, neste caso, inclusive, independe se o lago é natural ou artificial, esse tipo de represamento não é considerado APP. Com relação as alternativas locais, esse é o caminho do licenciamento ambiental, traçado pela secretaria do verde e meio ambiente, se a secretaria nos pedir outros cinquenta locais passíveis de se implementar, nós teremos que fazer. Eles pediram um estudo com 170 itens, então como alternativa locacional nos apresentamos esta, e eu não vejo essa sua colocação como crucial, até porque você deve cuidar muito de mineração, se eu não me engano o seu escritório trabalha um pouco com mineração, então quando você vai minerar uma área, é aquela área que você tem, você não vai apresentar no país inteiro três minas para explorar e justificar alguma delas, então acredito que você trabalhe com isso, então, por isso não apresentamos outras localidades. Com relação à rajada de vento, segurança de vôo e principalmente acidentes com helicóptero, o CENIPA, que é o centro, não lembro tudo, de navegação e investigação de acidentes aéreos, alguma coisa assim, todo ano eles divulgam o balanço de acidentes aeronáuticos, nós fizemos todo o levantamento do último estudo, que se não me engano, abrange 2001 até 2013 também, e lá eles englobam tanto aviões quanto helicópteros no mesmo estudo, eles não dissociam, mas usando dados estatísticos deles, eles falam que durante a decolagem, x acidentes aconteceram, durante o pouso outros tantos, então eles fazem um relatório muito bem detalhado de cada ponto que ocorre acidente, destes pontos, com helicópteros, nós não verificamos nenhuma ocorrência. Bom, risco de colisões com urubus, esse risco é bastante minorado quando a gente fala de helicópteros, porque o urubu, as aves, até os técnicos levantaram isto, as aves não costumam colidir com o helicóptero, o helicóptero por não ser uma aeronave igual ao avião, que sai decolando, e aí o bicho entra na turbina e explode a turbina e mata todo mundo, com o helicóptero isso não acontece. Se uma ave, claro que a gente não quer que aconteça, se ela colidir com a hélice do helicóptero o que vai acontecer é a ave infelizmente vai morrer, e o helicóptero o máximo que vai acontecer é entortar um pouco o eixo da pá, ele consegue voar, consegue fazer um pouso e parar, o maior incidente que a gente teve com uma ave e um helicóptero no estado de São Paulo, foi quando um urubu bateu no vidro, colidiu com o helicóptero, bateu no vidro onde estava o piloto, dirigindo, e o urubu parou no colo do piloto, quebrou o vidro. Este incidente aconteceu com o governador Geraldo Alckmin, há uns quatro anos atrás, eles simplesmente fizeram um pouso no local mais apropriado no momento.... Não, registros tem, não, não é questão de dar queixa, qualquer acidente aéreo o CENIPA..... (inaudível) Poucas. Exatamente, aí que tem a questão ambiental de



que se matar uma ave. Como aqui foi bem colocado, que está em extinção, qual que é o risco disto acontecer, dela cruzar enquanto a aeronave está fazendo uma operação. É isso? Essa é a pergunta, certo? Então qual que é o risco disso acontecer, pelos estudos que foram feitos, lá na região onde está o helicentro, existem se eu não me engano, dois tipos de aves que ficam lá na lagoa, que são os mergulhões e as garças, o que vai acontecer. (intervenções inaudíveis)... como que se faz este tipo de estudo, de análise de fauna, principalmente aves no local, você coloca literalmente uma cadeira ali e fica olhando para o céu o dia todo até as aves aparecerem, você tem que fazer isso em várias épocas do ano, em vários dias, e em dias aleatórios, então este é o estudo que se faz, para você pegar todas as estações. Certamente nós não fizemos todas as estações, certamente pela questão do tempo, mas os dados que existem, no jardim botânico, no zoológico, e no parque do estado, não indicam a rota de aves ali por onde estão as nossas rampas. (intervenções inaudíveis) são análises técnicas que se faz. Alguém quer ir embora? Mas olha, vocês convidaram a fazer as medições na varanda, de jantar na casa de vocês, vocês gostariam de marcar uma nova. O que você chama de forma independente? Um órgão, não quem faz, quem faz o trabalho é uma empresa, mas ninguém faz de graça, ninguém faz de graça. Alguém vai ter que pagar. Pagamos para fazer o laudo, claro, mas tudo bem a gente pode ver de fazer isso. Isso não é problema.

Sr. Paulo Garcia – Senhores, por favor, ele vai falar por quinze minutos, quanto tempo já? Doze minutos, três minutos, vamos aguentar três minutos? Aí eu tomo o pé da audiência.

Fernando – Não entendi. Mitigação de acidentes está no, está tudo no eia rima, a mitigação de acidentes ocorre pelo controle da sala de controle, que vai ter no empreendimento, com o piloto, com quem estiver voando ali. Além da coordenação com a nossa sala de reunião, a nossa sala de controle, nós temos a coordenação com a torre de controle de Congonhas. É porque nós assinamos este acordo na semana do carnaval, não foi publicado, vai ser publicado dia 29. Bom tudo bem, dia 29 eu mando para vocês, pode ser? Coordenando com a torre de controle, se eu não tivesse essa coordenação com a torre de controle, o meu empreendimento simplesmente não existiria, eu não posso fazer um empreendimento lá sem coordenação com a torre de controle. Se o meu plano de mitigação não vai funcionar, não é aplicável, eu não posso ter o empreendimento. (intervenções inaudíveis)... Hoje é, porque eu tenho um acordo. (intervenções inaudíveis) ... Mas eu não tenho aeronave voando hoje, eu preciso que isso seja valido daqui a dois anos. Tudo isso que nós fizemos são estudos que agora está na fase de aprimorar, por que nós não falamos antes com vocês? Porque este é o momento de se conversar, como o licenciamento ambiental assim determina você faz o estudo, submete ao órgão ambiental, faz audiência pública, discute, apresenta complementações, e daí se for viável ambientalmente, se aprova. Então o que nós estamos fazendo aqui é justamente expondo o trabalho para vocês, vocês levantam questionamentos e a gente tenta complementar, se não der para complementar e for inviável o empreendimento funcionar em razão disso, não tem empreendimento. São questões técnicas, assim, da mesma forma que você pode usar o seu imóvel da forma que você bem entender, você pode dar a destinação. (intervenções inaudíveis) Pode. Sim, digamos, a Ezetec, ela podia ter dado uma destinação residencial, comercial, outra destinação, ela escolheu essa. A Aliperti também é proprietária do imóvel, o que acontece aqui é escutar a opinião e os receios de vocês, se forem possíveis de serem sanados, daí o empreendimento vai adiante, se não for possível, não tem empreendimento. Como eu mostrei na outra imagem, o empreendimento vai ter um impacto excessivo sim, naquelas residências, na Rua Bento Ferreira, eu preciso mitigar, eu tenho que mitigar, enquanto for excessivo não vai ter empreendimento. Se eu mitigar, perfeito. Aí eu reduzo o impacto. (intervenções inaudíveis) Cadê? Eu estou tentando pegar a imagem para mostrar para vocês. Aqui.



Exatamente, bem lembrado essa, exatamente, muito bem lembrado, porque alguém falou aqui que quebrou a janela no dia, você poderia me mandar o boletim de ocorrência, para a gente fazer uma investigação, porque se foi o helicóptero que quebrou, sem dúvida isto tem que constar no relatório. E temos que te reembolsar tudo.

Sr. Paulo Garcia – Encerraram os quinze minutos, ok? Eu agradeço a presença de todos. Boa noite.